



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ANVISA AVALIA RETOMADA DE CRUZEIROS NO BRASIL

Entidade que reúne armadoras do setor vai encaminhar protocolo adotado na Europa e plano de contingência, que serão avaliados pela autoridade sanitária

Por **Fernanda Balbino**



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy/1.11888:1553736507/Costa-Favolosa.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=8a1a3a4&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy/1.11888:1553736507/Costa-Favolosa.JPG?f=2x1&pf=8a1a3a4&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

A possibilidade da realização de cruzeiros no Brasil foi debatida nesta quarta-feira (Nirley Sena/AT)

as próximas duas semanas, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vai avaliar os protocolos utilizados por armadoras de cruzeiros na Europa para decidir se haverá temporada de navios de passageiros no Brasil. Os dados, que incluem planos de contingência em todos os portos em que há escalas dessas embarcações, serão encaminhados pela Clia Brasil, a entidade que reúne as empresas do setor. Porém, para o órgão regulador, neste momento, não é recomendada a retomada de viagens a bordo de transatlânticos no País.

A possibilidade da realização de cruzeiros no Brasil foi debatida nesta quarta-feira (16), em reunião que contou com representantes do governo e de empresas do setor. O encontro foi promovido pela deputada federal Rosana Valle (PSB) e foi conduzido pelo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni.

“A crise bateu de frente com rumos dessa indústria importante. Há experiências no mundo de primeiros sinais de retomada de operações, com protocolos novos, com algum sucesso e experiências que a gente reputa serem aprendidas e, eventualmente apreendidas, na retomada dessa indústria”, destacou Piloni. O executivo destacou a necessidade de definir os planos para garantir a logística das empresas e evitar a judicialização da questão.

Piloni se referiu à retomada dos cruzeiros marítimos na Europa, em países como Grécia, Itália e Malta, em agosto. Lá, no caso de navios operados pela MSC Cruzeiros, foram adotados procedimentos especiais que levam em conta a testagem de tripulantes e passageiros antes do embarque, além de medições de temperatura frequentes de todos a bordo.

O plano inclui, ainda, mudanças nas estruturas das embarcações. Na Europa, as equipes médicas foram ampliadas, não há refeições do tipo self service, em que os passageiros se servem, e atrações como teatros e restaurantes têm capacidade limitada de presença de turistas.

Os desembarques para passeios só são permitidos em grupos coordenados pela própria armadora. A medida visa evitar o trânsito de turistas em terra e o risco de novas infecções.

Todas essas mudanças foram apresentadas à Anvisa em julho. Mas, para a gerente de Infraestrutura, Meio de Transporte e Viajantes em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados do órgão, Karen de Aquino, é preciso ir além. Isto porque o material, que foi elaborado com base na realidade europeia, deve conter um plano de contingência em casos de contaminações a bordo.

A ideia é garantir atendimento aos passageiros e tripulantes sem sobrecarregar os sistemas de saúde locais. Mas, apesar de reconhecer o esforço das empresas do setor, a executiva não recomenda a retomada dos cruzeiros marítimos neste momento. “Vivemos cenário de transmissão comunitária e estudos indicam que contaminação a bordo é 14 vezes maior do que em terra”. Já o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, apontou que a pasta avaliou a retomada das atividades de parte do setor aeroviário e um tratamento similar pode ser dado aos portos, sempre de acordo com a evolução da curva epidemiológica, na incidência de novos casos e óbitos, além da taxa de ocupação de leitos e capacidade de resposta da rede de atenção à saúde.

“É importante termos coragem de voltarmos atrás na decisão e criar condições jurídicas de alternativas para empreendimentos importantes par o retorno da economia. Sabemos que o efetivo de passageiros e tripulantes é expressivo. Uma sugestão para analisar e aprofundar. Por que não começar com abertura de 30% nos portos em que estados podem atender?”, apontou.

Mercado

Para a deputada Rosana Valle, é preciso avaliar o impacto econômico negativo que a não realização da temporada de cruzeiros trará aos municípios que recebem este tipo de embarcações. A parlamentar defende a retomada da atividade, seguindo as recomendações da autoridade sanitária.

“Considero que a gente tem que tentar de alguma forma retomar, aos poucos, gradualmente, estudando o que vai acontecer. Assim como os hotéis, que já passaram a receber turistas, a gente tem que tentar”, afirmou a deputada.

A mesma opinião tem o presidente da Embratur, Gilson Machado Neto. Ele destacou a retomada das atividades de cruzeiros marítimos em países do Caribe e a necessidade de desenvolvimento econômico fomentado pelo turismo.

Incerteza

A Costa Cruzeiros cancelou a viagens na temporada 2020/2021 na América do Sul. O Porto de Santos receberia dois navios da companhia, o Costa Fascinosa e o Costa Luminosa. Agora, apenas a MSC Cruzeiros mantém a expectativa de operar com três transatlânticos: Preziosa, Seaview e Musica, que seguem no cais santista desde o início da pandemia. Havia a previsão de que temporada fosse iniciada em novembro. Mas tudo depende das avaliações da Anvisa.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 17/09/2020



PORTAL PORTO GENTE

LIGAÇÃO PUJANTE DAS MARGENS DO PORTO DE SANTOS

Editorial Portogente

Um feito histórico que somente poderemos realizar se tivermos condições de mostrar, daqui para frente, um desempenho extraordinariamente competente

O quase secular sonho da construção de uma ligação seca entre as margens do estuário do Porto de Santos, litoral paulista, agora irá se concretizar. Desta vez, por uma opção dentre duas propostas de solução: ponte e túnel. A ponte tem a certeza de projeto e financiamento da Ecovias e o túnel tem o compromisso verbal do ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas. Por

isso, no dia 22 próximo, vamos realizar o Webinar Semanal Portogente (WSP) para debater, esclarecer e bem confrontar, o grau de viabilidade da ligação submersa.



https://portogente.com.br/images/T%C3%BAnel_Dad.jpg
Túnel Dad

A projeto da ponte, apresentado em 2019, foi reformulado em alguns pontos: localização e aumento da extensão do vão. Esses detalhes, contudo, ainda não foram divulgados. Como ainda não foi agendada reunião entre o Governo do Estado e o Ministério da Infraestrutura (MInfra) para a apresentação da nova proposta. O certo é que o Governo Federal quer uma alternativa por túnel na mesa para poder comparar. É inegável que a ligação a seco das margens será um fator de pujança agregado ao Porto de Santos, que está em processo de desestatização.

Opiniões de que os aspectos de localização e funcionalidades não estão sendo considerados suficientemente, são contrapostas com argumentos históricos. Nesses quase cem anos, a ligação seca foi exaustivamente debatida para definir parâmetros relativos à profundidade e altura para a navegação - calado marítimo e aéreo -, bem como os limites para a segurança à aviação, por causa da base aérea contígua ao canal do porto. As prefeituras das duas cidades das margens direita e esquerda acompanham os projetos.

A ponte Rio-Niterói, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), situada em zonas portuária e aérea, opera com segurança há quase meio século. Foi construída por consórcio de empreiteiras nacionais. Dentre os parâmetros limitantes à expansão do Porto de Santos, destaca-se as curvas do seu canal de acesso ao tráfego de navios longos da próxima geração. Razão para muito se analisar uma solução mar adentro (off-shore), muito importante para reduzir o impacto Porto-Cidade e propiciar maior profundidade natural.

Uma infraestrutura historicamente desejada e projetada irá dotar o mais importante porto do Hemisfério Sul de ligação seca entre suas margens. Finalmente!

Mãos à obra, vamos construí-la já!

Fonte : *Portal Porto Gente*

Data : 17/09/2020

MUROS EXTERNOS DO PORTO DO RIO DE JANEIRO GANHAM NOVAS CORES COM PINTURAS DE 18 ARTISTAS

ASSCOM CDRJ - Categoria: Notícias Corporativas

Projeto de arte urbana, que contempla o trecho da Av. Rodrigues Alves entre os armazéns 10 e 18, tem viés social nas comunidades do entorno

O Rio de Janeiro recebe este mês o 'Rua Walls', projeto urbanístico de arte pública, aberta e acessível, que conta com a participação de 18 artistas. Eles estão transformando 1,5 km dos muros dos armazéns do Porto do Rio de Janeiro, na Avenida Rodrigues Alves, em obras de arte, integrando o porto à vida cultural e profissional da cidade. Cada artista está pintando um mural desde o dia 22 de agosto e o início da exposição está previsto para o dia 27 de setembro.

O Porto do Rio de Janeiro, que completou 110 anos em julho, abraçou o projeto como uma grande ação de Responsabilidade Social, desde que foi apresentado um ano atrás. A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), Autoridade Portuária que administra o Porto do Rio de Janeiro, autorizou a intervenção artística e o investimento foi custeado, por meio da Lei Municipal de

Incentivo à Cultura – Lei do ISS, pelas empresas arrendatárias dos terminais portuários – ICTSI Rio, Multiterminais, Terminal de Trigo do Rio de Janeiro (TTRJ) e Triunfo Logística.

“A Zona Portuária ficou muito atrativa com a revitalização urbana realizada nos últimos anos e, agora, a Companhia Docas do Rio de Janeiro tem a oportunidade de também colaborar nesse trabalho com a implementação do projeto ‘Rua Walls’ nos muros do nosso Porto do Rio, em parceria com as empresas arrendatárias dos terminais”, afirmou o diretor-presidente da CDRJ, Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira.

Para o presidente Laranjeira, as pinturas que contemplarão os muros externos, entre os armazéns 10 e 18, estreitarão a relação porto x cidade: “A Avenida Rodrigues Alves será transformada em um verdadeiro museu à céu aberto, atraindo cidadãos cariocas e turistas ao Porto do Rio, o que certamente vai promover ainda mais a região, já consolidada como referência histórica e cultural”.

“Estamos apostando na cultura para transformar o entorno do Porto do Rio, mas também para transformar vidas. Assim, além de tornar a Avenida Rodrigues Alves em um ambiente atraente e revitalizado, estamos capacitando jovens moradores locais para atividades profissionais que eles poderão executar no futuro. Os muros revitalizados pelo projeto ‘Rua Walls’ trarão uma nova vida à região portuária”, explica Bruno de Sá, diretor-geral da Triunfo Logística e presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Rio de Janeiro (SINDOPERJ).

Segundo o diretor-presidente da Multiterminais, Luiz Henrique Carneiro, o crescimento econômico deve estar alinhado com a preservação dos recursos naturais e os aspectos sociais: “entregar este legado para a cidade e contribuir ainda mais com o desenvolvimento humano da região do Porto do Rio de Janeiro é o que queremos.”

“Na ICTSI Rio, acreditamos no crescimento em sintonia com a comunidade. Participar desse projeto é a aplicação eficiente, de nosso propósito e valores, de incentivo ao desenvolvimento social. No ano em que comemora 110 anos, o Porto do Rio de Janeiro presenteia a sociedade com novos ares através da cultura”, expressou Roberto Lopes, Diretor Presidente da ICTSI Rio.

“O projeto como um todo, que vai além da intervenção artística, pois envolve a participação da comunidade, está alinhado com a visão e os valores que a Bunge e a M. Dias Branco, acionistas do Terminal de Trigo do Rio de Janeiro (TTRJ), possuem de usar a cultura como uma ferramenta de integração social”, explica Níveo Maluf, diretor do Terminal.

Sobre o projeto

O projeto de urbanismo tático foi criado pela produtora Visionartz, que há mais de 10 anos promove ações de revitalização urbana, sempre associadas ao desenvolvimento social por meio da arte. Mais do que uma exposição artística, a iniciativa serve para movimentar a economia local, impactada pela crise do coronavírus. De acordo com André Bretas, um dos idealizadores do evento, “o ‘Rua Walls’ traz um novo colorido para a Zona Portuária em um momento tão cinzento.”

O público terá a oportunidade de consumir e admirar manifestações de artistas visuais talentosos do cenário atual, tais como: Agrade Camís, Amorinha, Bruno Lyfe, Célio, Chica Capeto, Diego Zelota, Doloroes Esos, Flora, Yumi, Igor SRC, Leandro Assis, Luna Bastos, Mariê Balbinot, Marlon Muk, Miguel Afa, Paula Cruz, Thiago Haule, Vinicius Mesquita e Ziza.

Com a pandemia da COVID-19, os cuidados foram redobrados. A equipe de produção foi reduzida e estão sendo seguidas todas as recomendações do Ministério da Saúde. As pinturas estão sendo feitas durante a madrugada, período em que a avenida permanece interditada para o trânsito.

Responsabilidade Social

No 'Rua Walls', a arte vai além da estética. Ela é uma ferramenta de inclusão social, sendo 90% da equipe do projeto formada por moradores das comunidades próximas do Morro do Pinto e da Providência, que foram capacitados em diversas frentes de trabalho. Também será realizada a pintura artística nos muros da Escola Municipal General Mitre, no Morro do Pinto. A ação faz parte do projeto 'Voltando à Escola', liderado por Ricardo Célio, um dos artistas escalados.

Além disso, a implementação da biblioteca para jovens, ação idealizada pelos moradores da comunidade da Providência, foi ampliada pelo 'Rua Walls', assim como a criação da primeira horta orgânica no Morro do Pinto, que será administrada pelos próprios moradores, sendo um projeto sustentável em toda sua cadeia. A programação conta também com um 'aulão' aberto para jovens da região sobre jornalismo comunitário e redes sociais.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 17/09/2020

DOCAS DO RIO EXTINGUE PROTOCOLO FÍSICO E PASSA A RECEBER CORRESPONDÊNCIAS EXTERNAS POR SISTEMA ELETRÔNICO

ASSCOM CDRJ - Categoria: Notícias Corporativas

Com a recente implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI Multiórgãos, a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), Autoridade Portuária que administra os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, vai extinguir o serviço de protocolo físico no próximo mês de outubro.

O prazo para recebimento de correspondências no Protocolo da CDRJ, que funciona na Rua Acre, n.º 21 e via e-mail (protocolo.cdrj@portosrio.gov.br) será até o dia 5 de outubro. Após essa data, as empresas deverão estar cadastradas no SEI.

Para utilizar o serviço de peticionamento eletrônico, o usuário externo deverá efetuar seu cadastro no link SEI Acesso Externo.

Sobre o SEI – Em julho deste ano, a CDRJ passou a utilizar o SEI, plataforma digital do Ministério da Infraestrutura (MInfra), em que as empresas vinculadas podem compartilhar uma base de dados única, com a finalidade de identificar e integrar os fluxos de informação de forma eficiente e em ambiente tecnológico adequado. Assim, é possível consultar, assinar e tramitar documentos eletrônicos internamente e entre o Ministério e as demais entidades cadastradas no novo sistema digital.

A adesão ao SEI traz benefícios, tais como a redução de custos financeiros e operacionais — já que interfere nos gastos com papel, impressão e transporte — além de proporcionar maior transparência, agilidade e confiabilidade nos trâmites processuais, porque a tramitação dos processos acontece de forma direta, imediata e segura.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 17/09/2020

QUAL É O INVESTIMENTO POUCO CONHECIDO NO BRASIL E SEUS BENEFÍCIOS?

Red Ventures - Categoria: Notícias Corporativas

No momento de investir, é necessário ter muita cautela e estudar bem onde será colocado dinheiro. Muitas pessoas cometem o erro de seguir a mesma linha que amigos ou conhecidos sem conhecer o perfil do investimento e quais as chances de lucro e prejuízo.

Se parar para pesquisar todas as formas de investimento, é possível encontrar uma que não é tão popular, mas que pode ajudar muitas pessoas a ganharem dinheiro. O artigo irá destrinchar o COE (Certificado de Operações Estruturadas), um certificado que possui características de renda fixa e variável ao mesmo tempo.

Pode se dizer que não é um investimento muito popular porque ele é muito novo ainda. O COE passou ser emitido em 2015 pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP). Ainda não foi muito difundido entre os investidores e não está nos mais populares guias de investimento.

A principal característica dele é a alta rentabilidade com uma boa margem de segurança. Como foi dito, itens de renda fixa e variável no mesmo investimento. Mas como isso é possível? É bem simples e vamos explicar.

O COE está diretamente ligado a oscilações de ativos, como moedas, índices e ações, e todas elas estão sujeitas a altas e baixas do mercado. É inevitável. Mas quando há altas quedas desses ativos, a perda do dinheiro acaba não sendo proporcional, fazendo que o prejuízo não seja devastador.

Há dois tipos de COEs para quem quer investir: capital garantido e capital de risco. O primeiro, caso a aplicação não tiver nenhuma rentabilidade, o investidor receberá de volta todo o dinheiro que foi investido inicialmente. Porém, o certificado não é corrigido pela inflação, então, o dinheiro pode perder valor. Por isso ele é chamado de garantido, pois, mesmo não rendendo, terá um valor de volta para retirar.

No segundo COE, o de capital de risco, o investidor pode perder o valor integral do investimento caso o desempenho seja abaixo da aplicação inicial. Mas é importante ressaltar que a perda não será maior do que o investimento inicial. Caso invista R\$ 100, a perda será de R\$ 100.

Independente do tipo de COE que escolher investir, eles apresentam muitos benefícios para quem pretende investir. O primeiro deles é a alta rentabilidade e riscos reduzidos, pois, antes mesmo de colocar o dinheiro, já é sabido quanto pode ser o possível prejuízo e o lucro pode ser altíssimo.

Outro ponto positivo é a diversificação na carteira de investimento. Como o COE está ligado a ativos, com uma emissão dele, é feito aplicações em CDB, LCI, LCA, ações, índices, moedas e commodities. Se uma dessas tiver uma semana ruim e cair o valor, não necessariamente o COE terá prejuízos também, pois há outros setores que podem valorizar e compensar essa perda.

O último grande benefício é em relação ao Imposto de Renda. A cobrança sobre esse investimento, que é regressiva, só é feita no resgate da remuneração, como em um único título.

Como todo o investimento, há alguns ônus que devem ser levados em consideração antes de começar colocar o dinheiro. O COE não possui cobertura do FGC (Fundo Garantidor de Créditos). Isso significa que se ocorrer falência da organização financeira, o pagamento dos certificados podem não ser feitos.

Além disso, o dinheiro investido em COEs só poderá ser retirado no momento do vencimento. Não há flexibilização para ter o dinheiro em mãos a qualquer momento, significando uma liquidez baixa.

Um último ônus desse tipo de investimento é o teto, chamado de barreira de baixa. Isso significa que há um rendimento máximo para esse investimento. Mas se os ativos forem maiores, isso não irá garantir mais dinheiro. Mas é importante lembrar que esse teto não impede que os lucros sejam altos.

Aproveite que o COE não é um tipo de investimento muito popular e inclua ele na sua carteira. Faça uma análise e veja como ele pode agregar a sua renda.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 17/09/2020

O IMPACTO DA GESTÃO DE PESSOAS NO BALANÇO DAS EMPRESAS

Red Ventures - Categoria: Notícias Corporativas

Diante de um mercado cada dia mais competitivo, é importante pensar no capital humano da sua empresa como forma de se destacar em meio aos seus concorrentes.

Assim, uma gestão de pessoas bem feita, com o devido acompanhamento do turnover dos seus colaboradores, vai contribuir para que você tenha melhores resultados e mais competitividade no mercado.

Além de garantir que os seus colaboradores sejam devidamente capacitados e treinados, é necessário também se preocupar com os níveis de produtividade, uma vez que equipes mais produtivas geram mais lucratividade para a empresa.

Por isso, é importante entender como o nível de produtividade pode impactar diretamente nos resultados do seu negócio. Descubra mais sobre esse tema!

O papel da felicidade na motivação

Em pesquisa realizada pelo Social Market Foundation e um centro da Universidade de Warwick, na Inglaterra, descobriu-se que funcionários felizes são cerca de 12% mais produtivos, com este número podendo alcançar até 20%.

Já a infelicidade no trabalho pode gerar um efeito negativo na produtividade pelo período de até dois anos.

O engajamento e o interesse de seus colaboradores pela sua empresa estão diretamente ligados à felicidade que sentem no ambiente de trabalho. Colaboradores mais felizes são mais dedicados, produzindo mais e melhor.

A relação entre motivação, produtividade e gestão de pessoas

Mais motivação significa menor abandono de tarefas, além de menos tempo gasto com elas. Além disso, mais engajamento e interesse também faz com que os colaboradores cometam menos erros, tendo de refazer menos tarefas e ganhando em produtividade.

Uma análise da Gallup Organization mostrou que empresas com um alto nível de engajamento podem ser até 22% mais lucrativas do que as com níveis mais baixos.

O mesmo estudo mostra que colaboradores mais engajados têm 81% a mais de chances de se tornarem clientes fiéis às marcas.

Assim, empresas com alto engajamento podem conseguir o dobro de faturamento das empresas que não atingem esses níveis.

Para garantir que isso seja possível, é indispensável garantir que a gestão de pessoas da sua empresa seja feita de maneira não apenas eficiente, mas também estratégica.

Para isso, o departamento de recursos humanos precisa estar menos ligado à ouvidoria e ser mais ativo, tanto para reter talentos quanto para formar lideranças e aumentar a produtividade da empresa no âmbito geral.

Cinco maneiras de medir o impacto da gestão de pessoas na sua empresa

Além de aplicar estratégias de sucesso, você também precisa saber se elas estão funcionando. Portanto, veja cinco métricas para mensurar o impacto da gestão de pessoas no balanço da sua empresa:

1. Satisfação dos colaboradores

É importante conhecer o nível de satisfação dos seus colaboradores, uma vez que através dela garante-se o alinhamento à cultura da empresa e um maior engajamento com a produtividade no trabalho.

Para medir a satisfação de sua equipe, é recomendado realizar uma pesquisa de clima organizacional, para que os seus colaboradores digam quanto e com o quê estão ou não satisfeitos.

Além disso, é fundamental mensurar a porcentagem de faltas dos funcionários, já que insatisfação e desmotivação aumentam a porcentagem de ausências.

2. Retenção de talentos

Um turnover alto é sinal de alerta para sua empresa. Portanto, é recomendada uma constante análise da rotatividade de seus colaboradores, entendendo o porquê de cada saída e também os custos para o desligamento do funcionário, além da contratação e treinamento de um substituto.

3. Receita

Nesta análise, a receita da empresa é utilizada para calcular a eficiência de seus colaboradores.

Ao dividir a receita total da empresa pelo número de funcionários, e realizando o acompanhamento deste indicador ao longo do tempo, é possível mensurar a qualidade de suas contratações.

Também é interessante calcular o lucro da empresa em relação aos colaboradores, para saber quanto a empresa desembolsa por funcionário.

4. Recrutamento

Além de trazer colaboradores eficientes para a empresa, é preciso garantir que o processo de contratação consiga recrutar e contratar de maneira eficiente, ou seja, rapidamente e com baixo custo.

Assim, para analisar se seu processo de contratação é eficiente, deve-se calcular o tempo médio e o custo médio de contratação, tentando sempre trazer estes valores para baixo.

5. Produtividade dos colaboradores

Ao analisar a produtividade dos colaboradores, é possível identificar o estágio de desenvolvimento de cada profissional.

Um alto potencial com alto desempenho indica um grande talento a ser mantido, enquanto um baixo potencial com baixo rendimento pode ser considerado candidato para demissão. Ao identificar o estágio em que cada colaborador está, é possível desenvolvê-lo, assim como a empresa como um todo.

Uma gestão de pessoas de qualidade traz inúmeros benefícios para sua empresa, como menor número de faltas, menos rotatividade, mais produtividade e competitividade no mercado. E utilizando as métricas citadas no artigo é possível ver de maneira clara os resultados sendo alcançados. Mas é preciso fazer!

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 17/09/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

FORD ANUNCIA LOCAL E INVESTIMENTO DE US\$ 700 MILHÕES EM FÁBRICA QUE CRIARÁ F-150 ELÉTRICO

Da redação

O novo Rouge Electric Vehicle Center contará com 300 novos empregados, que se dedicarão nos trabalhos de montagem da bateria e produção do híbrido PowerBoost F-150 e F-150 totalmente elétrico

A Ford Motor Company revelou hoje (17) um plano para construir uma fábrica de US \$ 700 milhões no Ford River Rouge Complex, no sudeste de Michigan, nos Estados Unidos, para produzir o primeiro F-150 totalmente elétrico.

A lógica para uma unidade fabril no complexo separada das já existentes é a flexibilidade. Segundo o USA Today, a empresa informou que vai utilizar a carroceria e a pintura atuais junto à produção do novo prédio, que terá cerca de 500.000 pés quadrados.

O novo Rouge Electric Vehicle Center contará com 300 novos empregados, que se dedicarão nos trabalhos de montagem da bateria e produção do híbrido PowerBoost F-150 e F-150 totalmente elétrico.

A expectativa da companhia é de que as obras da fábrica sejam concluídas no próximo verão local, após 20 de junho de 2021.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 17/09/2020

AMAZON E MAGAZINE LUIZA QUEREM COMPRAR CORREIOS



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2017/01/correios2-418x235.jpg>

Correios estão na mira do governo e gigantes do varejo como Magazine Luiza e Amazon querem comprar a estatal (Crédito: Divulgação)

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, afirmou nesta quarta-feira, 16, que a Magalu e outras quatro empresas já manifestaram interesse na privatização dos Correios. De acordo com ele, esse processo está na “ordem do dia” e ocorrerá na gestão de Jair Bolsonaro. “Já tem cinco players interessados. A Magalu é um deles. O Amazon, a DHL, Fedex... já tem pessoas, grupos interessados na aquisição dos Correios. E isso aí é importante. Nós não teremos um processo de privatização vazio”, afirmou o ministro em entrevista a Rafael Ferri, do canal Café com Ferri, citando nominalmente quatro empresas.

De acordo com Faria, quem vai estabelecer as diretrizes e parâmetros da privatização dos Correios é o Congresso Nacional, com base nos estudos de consultoria contratada pelo BNDES. Na entrevista, ele também disse ter pedido celeridade ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na avaliação sobre a venda de ativos da Oi.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 17/09/2020

BOLSONARO: BRASIL É O QUE MAIS PRESERVA MEIO AMBIENTE E O QUE MAIS SOFRE ATAQUES

Mesmo com a disparada nas queimadas no Pantanal e na Amazônia, além de recordes do desmatamento, o presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira, 17, que o Brasil está de “parabéns” na maneira como preserva o meio ambiente. “O Brasil é o País que mais preserva o meio ambiente e alguns, não entendo como, é o País que mais sofre ataques vindos de fora”, disse ele durante inauguração de uma nova etapa da usina fotovoltaica, que transforma energia solar em elétrica, em Coremas (PB)

Em seu discurso, o presidente citou a capacidade brasileira de produzir energias renováveis e afirmou que o governo busca, junto ao Parlamento, formas de melhorar as condições de empreendedorismo. “Cada vez mais nosso governo acredita na iniciativa privada; não é fácil investir e empreender no Brasil ainda.”

O presidente reforçou o compromisso até o fim do seu governo de que não haverá “taxação” da energia solar. Ele ponderou que as agências reguladoras são independentes, mas destacou que no início do ano o assunto foi debatido com Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Bolsonaro fez agradecimentos durante o evento, mas evitou citar nomes de pessoas que o ajudaram no passado, pois, segundo eles, algumas seriam candidatas nas eleições municipais deste ano. “Não posso citar nomes de pessoas que me ajudaram lá atrás porque muitos são candidatos, não posso incorrer em qualquer deslize e ferir a legislação eleitoral.”

Inauguração

O chefe do Executivo participou junto ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, da inauguração de nova etapa da usina paraibana e da divulgação do Programa de Eficiência Energética. O complexo de energia solar, já em funcionamento, está na terceira fase de expansão.

Mais cedo, como tem feito em suas viagens, o presidente compartilhou imagens cumprimentando apoiadores na sua passagem por Juazeiro do Norte (CE) e na chegada a Coremas. Nos vídeos divulgados nas redes sociais, o presidente, sem máscara, cumprimenta pessoas e pega crianças no colo.

Também acompanharam o presidente no evento, entre outras autoridades, os ministros Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Fábio Faria (Comunicações), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, além dos deputados Efraim Filho (DEM-PB) e Hugo Motta (Republicanos-PB).

Esta foi a segunda visita de Bolsonaro como presidente à Paraíba. Pela agenda pública, o retorno à Brasília está previsto para 15h30. Não há outros compromissos oficiais previstos.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 17/09/2020

RETOMADA PODE EVITAR FECHAMENTO DE CIAS QUE SUSPENDERAM ATIVIDADE, DIZ SECRETÁRIO

Após a queda no fechamento de empresas no segundo quadrimestre de 2020, o secretário de Governo Digital, Luis Felipe Monteiro, avaliou nesta quinta-feira que a retomada da economia pode evitar o fechamento formal de firmas que já suspenderam suas atividades. “O fim do atendimento aos clientes – medido pela pesquisa do IBGE – acontece antes do encerramento formal das empresas, que é o número que aparece nos dados do ministério. A legislação exige

que eventuais dívidas de empresas encerradas sejam transferidas para os sócios, o que faz com que os empreendedores pensem bastante antes do encerramento formal da firma”, afirmou. “Estamos no início da recuperação da economia, e muitos negócios tendem a reabrir suas portas”, completou.

Ele lembrou que a Lei de Liberdade Econômica tornou gratuito o encerramento de empresas em todas as juntas comerciais do País. O Brasil registrou a abertura líquida de 782.664 empresas no segundo quadrimestre de 2020, e acordo com dados divulgados hoje pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

O Mapa de Empresas mostra que foram abertas 1,114 milhão de novas firmas de maio a agosto de 2020, um aumento de 6,0% em relação ao primeiro quadrimestre do ano e uma alta 2,0% em relação ao mesmo período do ano passado. Ao mesmo tempo 331.569 empresas encerraram suas atividades de maio a agosto, um volume 6,6% menor que o dos primeiros quatro meses de 2020. Na comparação com o segundo quadrimestre de 2019, a queda no fechamento de firmas chegou a 17,1%.

O secretário especial adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Gleisson Rubin, disse que a expectativa do governo é de que o número de empresas continue subindo, até mesmo porque o último quadrimestre de cada ano costuma apresentar resultados positivos na criação de firmas.

A maior parte dos novos CNPJs criados no segundo quadrimestre do ano foi de empreendedores individuais, incluindo os microempreendedores (MEIs), com 944.469 registros de maio a agosto, uma alta de 2,4% em relação aos quatro primeiros meses de 2020.

A subsecretária de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato, Antonia Tallarida, destacou a importância dos microempreendedores individuais na retomada da economia pós pandemia de covid-19.

“A abertura do MEI é simples e pode ser feita gratuitamente online, com dispensa de alvará e licença. Esses pequenos negócios representam 55,4% dos negócios ativos no País. Essas empresas representavam 72,6% da abertura em novas firmas em 2016 e chegaram a 79,8% dos novos negócios no segundo quadrimestre de 2020”, destacou.

Segundo ela, o grande volume novos MEIs não significaria apenas uma saída para o desemprego, já que o ritmo de criação de microempresas individuais foi maior em anos anteriores. “O MEI entra como suplementação da renda e ajuda quem saiu do emprego e vai começar um novo negócio. Também está funcionando muito para a economia sob demanda, como motoristas e entregadores por aplicativo. Mas não entendemos que o MeI seja uma saída para o desemprego”, completou.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 17/09/2020



EXTRA ONLINE

PETROBRAS PREVÊ AMPLIAR CAPACIDADE DE TERMINAL DE GNL NO RIO EM 50%

Por Sabrina Valle

RIO DE JANEIRO (Reuters) - A Petrobras concluiu com sucesso testes que permitirão uma expansão de 50% na capacidade de seu terminal de regaseificação de gás natural liquefeito

(GNL) da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, para 30 milhões de metros cúbicos por dia, disse a empresa nesta quinta-feira.

A estatal afirmou que está em processo de obtenção de licenças e autorização do governo para ampliar a capacidade do terminal.

O terminal é utilizado para converter de volta para a forma gasosa o gás natural importado pelo Brasil em versão liquefeita, em processo conhecido como regaseificação.

O Brasil está expandindo suas instalações de GNL para se aproveitar dos preços baixos no mercado internacional.

Os testes concluídos pela Petrobras fazem parte de requisitos do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A Petrobras não especificou o cronograma para conclusão dos processos de obtenção das licenças.

Atualmente, o terminal da empresa na Baía de Guanabara possui capacidade para processar 20 milhões de metros cúbicos por dia de gás, através de uma unidade flutuante de armazenamento e regaseificação ("floating storage and regasification unit", ou FRSU, em inglês).

O terminal consiste em um píer tipo ilha com dois berços para atracação e amarração de um navio FSRU e de um navio supridor, disse a companhia.

Fonte : Extra Online

Data : 17/09/2020

SEU CASTELAR, ESPECIALISTA EM MERCADO IMOBILIÁRIO DO EXTRA AJUDA LEITORA A COMPRAR A CASA PRÓPRIA

Por Gabriel Araujo

Demanda por fretes rodoviários no agro do Brasil acumula alta de 10% no ano, diz Repom

SÃO PAULO (Reuters) - A demanda por fretes rodoviários no agronegócio do Brasil acumulou entre janeiro e agosto de 2020 uma alta de mais de 10% ante igual período do ano passado, indicou nesta quinta-feira o Índice de Fretes e Pedágios Repom (IFPR), reforçando o impacto limitado da pandemia de coronavírus ao setor.

De acordo com a Repom, que atua na gestão e pagamento de despesas para frota própria e terceirizada da Edenred Brasil, o agronegócio teve um pico de movimentação entre abril e maio, período em que outros segmentos --como indústria e varejo-- foram deprimidos pelos efeitos da pandemia.

"No agronegócio não se observou a depressão da pandemia entre abril e maio, mas sim um pico de movimento, que está sendo compensado nos últimos dois meses, mais moderados, mas ainda positivos na visão acumulada", afirmou em nota o head de Mercado Rodoviário da Edenred Brasil, Thomas Gautier.

Os resultados acompanham uma safra recorde de grãos no país em 2019/20, estimada pela Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) em 257,8 milhões de toneladas, além de uma firme demanda por exportações de produtos agropecuários, especialmente da China.

"O comportamento mais equilibrado (nos últimos dois meses) também se deve ao término das safras no país", disse Gautier.

Considerando apenas o mês de agosto, o agronegócio verificou um avanço de 6,7% em relação ao mesmo período de 2019.

No setor de indústria e varejo, segundo o IFPR, houve um incremento de 6,8% nas demandas por frete entre janeiro e agosto.

O segmento foi fortemente impactado pelas medidas de isolamento social em meio à pandemia, mas vê tendência de alta desde junho, com a reabertura econômica no Brasil, tendo fechado agosto com variação positiva de 6,3% no ano a ano.

Fonte : *Extra Online*

Data : 17/09/2020

MINISTRA ESPERA ÊXITO COM EUA SOBRE AÇÚCAR E QUER LEVAR ETANOL À ÍNDIA

Por *Roberto Samora*

SÃO PAULO (Reuters) - O governo federal espera retribuir a confiança dada pelo setor de açúcar e etanol brasileiro e obter êxito em negociações comerciais com os Estados Unidos sobre estes dois produtos, em um processo que pode ir além, colaborando para transformar o biocombustível em uma commodity global com foco em países como a Índia.

A afirmação foi feita pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, ao explicar a renovação, a contragosto dos fabricantes de etanol do Brasil, da cota para importação do produto norte-americano sem tarifas por um período de três meses na semana passada.

"Acho que essa discussão é importante, não sei se 90 dias serão suficientes, mas vamos ver, os produtores sentaram à mesa, acho que houve uma união de todos, pela primeira vez sentou todo mundo, e deram um crédito para nós para essa negociação, espero que tenhamos algum tipo de êxito para avançarmos...", disse a ministra, em evento promovido pelo jornal O Estado de S.Paulo.

A renovação da cota foi estabelecida como um ato de boa vontade para que o governo de Donald Trump possa incluir uma maior abertura dos EUA ao açúcar brasileiro nas negociações de uma tarifa zero para importação de etanol norte-americano.

"Há muitos anos o Brasil tenta discutir o açúcar (com os EUA). A cota americana de açúcar para o Brasil, como maior produtor, é muito pequenininha, ela é irrisória, insignificante pelo tamanho do Brasil", afirmou ela, em referência à cota anual de apenas 144 mil toneladas destinadas aos brasileiros, uma fração das exportações mensais de mais de 3 milhões de toneladas.

"Pela primeira vez o Brasil ouviu dos americanos... no passado, era quase um palavrão falar de açúcar e em mexer em cota de açúcar", afirmou Tereza.

Ela lembrou que o Nordeste brasileiro, pela localização, seria beneficiado por condições mais favoráveis a exportar açúcar aos EUA, que impõem pesadas tarifas fora da cota. De outro lado, as usinas nordestinas são as mais prejudicadas pelo etanol norte-americano importado.

"Temos um tempo em que temos de ser eficientes, nos deram um crédito de confiança e temos de devolver isso com algum resultado", afirmou ela, buscando retribuir as expectativas da indústria nas negociações com os EUA, encabeçadas pelo Itamaraty.

Um livre mercado, defendeu a ministra, poderia colaborar para um sonho antigo do país de transformar o etanol em uma commodity global, o que traria benefícios ambientais pela maior substituição da gasolina.

"Temos levado isso para muitos países, como a Índia. Foi isso que os incentivou a conversar com o Brasil sobre este assunto... os EUA junto com o Brasil podem atingir outros mercados", ressaltou.

A ministra afirmou ainda ter esperança de que a Índia seja a "próxima China" para o agronegócio brasileiro, e que a pandemia atrapalhou as negociações para maior abertura de mercados indianos a produtos brasileiros.

"Temos de estar preparados, estamos plantando a sementinha para fazer isso com a Índia, é um país diferente, mas temos muito a caminhar no comércio internacional com eles também", afirmou.

A ministra destacou a importância de o agronegócio buscar ser mais sustentável e garantiu a sanidade dos produtos nacionais, ao reiterar que o Brasil irá à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as Filipinas, que embargaram a carne de frango do país após informações de contaminação por coronavírus em produtos avícolas brasileiros reportadas por uma cidade da China, em um caso que teve menores repercussões mesmo para os embarques aos chineses.

Fonte : *Extra Online*

Data : 17/09/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

COMISSÃO DA ALERJ APROVA PROSSEGUIMENTO DE IMPEACHMENT DE WITZEL

Afastamento de definitivo do governador precisa ser confirmado no plenário na próxima semana
Por Guilherme Serodio -17 de setembro de 2020 - Em Notícias

A comissão especial da Alerj que analisa o processo contra o governador Wilson Witzel (PSC) autorizou nesta quinta (17) o prosseguimento do impeachment, com a aprovação, por unanimidade, do relatório do deputado Rodrigo Bacellar (Solidariedade). Próximo passo é a votação do afastamento de Witzel, pelo plenário da Casa, prevista para a próxima semana, mas o governador já está impedido de exercer o cargo por decisão do STJ.

Em junho, a Alerj acolheu o pedido contra Witzel com 69 votos a favor e apenas uma abstenção. O novo afastamento e posterior julgamento, que pode levar ao impeachment definitivo do governador precisa ser aprovado no plenário por 2/3 dos deputados, o equivalente a 47 dos 71 deputados.

A continuidade do processo contou com voto favorável até do deputado Léo Vieira, do PSC de Witzel e que já ocupou o posto de vice-líder do governo na Alerj.

Luiz Paulo Corrêa (PSDB), autor do pedido de impeachment, defendeu que é preciso "para dar fim à plutocracia corrupta que governa o estado".

O pedido foi protocolado em maio, depois que Witzel foi alvo da Operação Placebo, que investigava desvios na utilização de recursos da Saúde.

Em agosto, Witzel foi afastado do posto de governador por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) após ser alvo de uma segunda Operação Tris In Idem, que mira também desvios em recursos da saúde. A operação foi solicitada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Cláudio Castro (PSC) é o atual governador interino do Rio. Ele também é investigado em operações conexas, envolvendo suspeitas de negociações com Pastor Everaldo, presidente nacional do PSC.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 17/09/2020

BOLSONARO CHAMA RESOLUÇÃO DA ANEEL DE “FANTASMA” E VOLTA A DIZER QUE NÃO HAVERÁ “TAXAÇÃO DO SOL”

Por Larissa Fafá - 17 de setembro de 2020 - Em Notícias



https://846928.smushcdn.com/1787860/wp-content/uploads/2020/09/50352945421_9f27ddb6f68_k-e1600367035346.jpg?lossy=1&strip=1&webp=1

(Coremas – PB, 17/09/2020)

Presidente da República, Jair Bolsonaro durante Inauguração da Usina Fotovoltaica Coremas III e Ato de divulgação do Programa de Eficiência Energética. Foto: Alan Santos/PR

O presidente Jair Bolsonaro voltou a repetir que não haverá “taxação do sol” durante o seu governo. Embora tenha ressaltado que as agências reguladoras são independentes e importantes para o país, reafirmou que não deixará o “fantasma” da “taxação do sol” voltar.

“Conversando com o ministro [Bento Albuquerque] e com o presidente da Aneel [André Pepitone] chegou-se a conclusão de que até 2022, quando nós estivermos no governo, não será colocada em prática. Não haverá taxaçoão do sol”, disse.

O “fantasma” citado por Bolsonaro é a revisão da Resolução 482/12 da Aneel, que trata sobre subsídios para geração distribuída e que desde outubro do ano passado tem sido chamariz de polêmicas.

A proposta da agência é que o microgerador passe a pagar pelo uso da rede distribuição – pelas regras atuais, ele é isento da tarifa de uso e de encargos setoriais. A sugestão ficou em consulta pública, mas ainda aguarda decisão da agência.

Em janeiro deste ano, o presidente interveio na decisão da Aneel ao dizer que havia um acordo que o Congresso derrubasse qualquer tentativa da agência em “taxar o sol”. Ainda no início do ano, o ministério da Economia teve que revisar seu parecer favorável às mudanças na geração distribuída após pedido do ministro Paulo Guedes.

O tema saiu da prioridade com a pandemia e nenhum projeto foi enviado ou votado no Congresso sobre a questão.

Complexo Solar de Coremas

Jair Bolsonaro participou da inauguração da terceira etapa do Complexo Solar de Coremas, na Paraíba. A usina fotovoltaica entregue tem capacidade instalada de 92 MW e chegará a 312 MW quando as dez fases do projeto forem concluídas.

O projeto recebeu cerca de R\$ 400 milhões em investimento e deve contar com mais R\$ 580 milhões até ano que vem, segundo o governo. A região escolhida é considerada o melhor ponto de irradiação solar do Brasil.

O sócio-fundador da Rio Alto Energia Edmond Farhat, responsável pela execução do empreendimento, também se posicionou contrário a propostas de eliminar os incentivos para as fontes renováveis.

“Muitas vezes escutam os que incentivos devem acabar porque gera muitos custos para a sociedade, mas isso não é verdade. É preciso ver o ganho que temos com a energia solar. Hoje o preço da energia vendida aqui é cerca de R\$ 150. Energia mais barata quer dizer maior possibilidade de desenvolvimento da cadeia produtiva”, alertou.

Farhat também defendeu a importância da isenção dos tributos de importação para a expansão da energia solar. No final de agosto, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior decidiu zerar a alíquota para importação de vários equipamentos necessários para o setor até dezembro de 2021.

Para o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, as fontes alternativas de energia são uma das preocupações na implementação de políticas públicas do governo.

Ressaltou que o Brasil garantiu a segurança energética durante a pandemia, enquanto outros países passaram por apagões. “Costumo dizer que o protagonista é o resultado e é isso que estamos entregando hoje”, comentou.

De acordo com presentes no evento, o mentor da inauguração da usina foi o diretor-geral paraibano da Aneel, André Pepitone.

Destacou três ações do governo atual para possibilitar a redução da conta de luz, como as Medidas Provisórias que possibilitaram a criação da Conta-COVID, regulamentada pela Aneel, e a última medida que está sendo chamada pelo governo de MP do Consumidor.

“O sol que tanto castigou a agricultura e a agropecuária no sertão vai se transformar em ferramenta de desenvolvimento e esperança ao sertanejo”, disse.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 17/09/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

PRIMEIRA GRANDE REFINARIA DO PAÍS, RLAM FAZ 70 ANOS PRESTES A PASSAR PARA A INICIATIVA PRIVADA

Maior produtora de óleo combustível para navios foi instalada em área de uma antiga fazenda de banana

Por Ramona Ordoñez e Bruno Rosa



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24645134-728-8aa/FT1086A/652/x1.jpg.pagespeed.ic.3Pzne9wUR.jpg>

Vista da Refinaria Landulpho Alves, a RLAM: sete décadas de história. Foto: André Valentim / Agência O Globo

RIO - De uma fazenda de bananas a uma das principais exportadoras de óleo combustível marítimo. Essa é a história da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, a primeira grande produtora de combustíveis criada no

Brasil, que completa 70 anos nesta quinta-feira à venda.

Agora, está perto de ganhar outro marco histórico no currículo: se tornar primeira unidade de refino da Petrobras a passar para o controle da iniciativa privada. A refinaria é importante para as vendas da estatal hoje porque é responsável por cerca de 30% da produção total de óleo combustível no país, incluindo o chamado bunker, cujo preço está em alta no mercado internacional.

A Petrobras está em fase final de negociações com o Mubadala, fundo soberano de Abu Dhabi, para fechar um negócio que poderá render cerca de US\$ 4,5 bilhões aos cofres da companhia, de acordo com fontes envolvidas nas conversas.

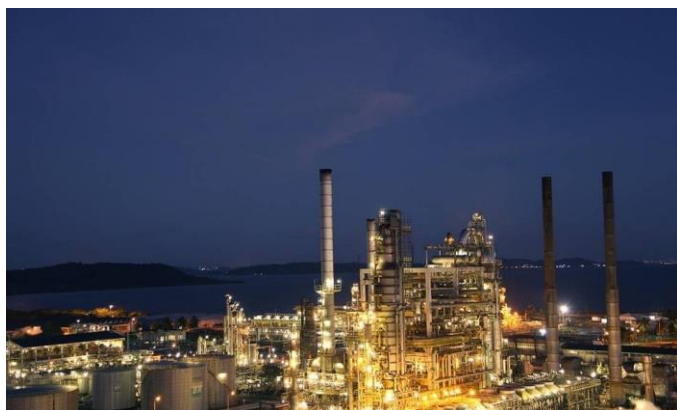
Mas o fundo árabe não está sozinho na aquisição da segunda maior refinaria do país, que só perde em capacidade para a de Paulínia (SP). Tem como principal parceiro a empresa espanhola Cepsa, que deve cuidar da parte operacional da refinaria, se o negócio for de fato fechado.

Analistas acreditam que o negócio bilionário pode ser assinado entre o fim deste ano (prevêem os mais otimistas), e o primeiro trimestre de 2021 (preferem os mais realistas).

Esse processo depende de um capítulo especial que deve ter um desfecho nesta sexta-feira, quando está marcado no Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento do pedido feito pelo Congresso Nacional para impedir a venda de refinarias pela Petrobras sem autorização do Legislativo.

A ação cita, além da Rlam, a Repar, do Paraná. Ao todo, a estatal pretende vender oito refinarias, o que corresponde a metade de sua capacidade de refino, como parte de seu programa de desinvestimentos para reduzir seu alto endividamento.

O STF já decidiu anteriormente que as estatais podem vender subsidiárias sem passar pelo aval do Congresso, que só seria chamado a avaliar a privatização de “estatais-mães”, como a própria Petrobras, os Correios, o Banco do Brasil ou a Eletrobras.



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24645140-3ac-e67/FT1086A/652/x2.jpg.pagespeed.ic.cdV1BnOTmD.jpg>

A refinaria é a maior produtora de óleo combustível para navios. Foto: André Valentim / Agência O Globo

próxima ao terminal marítimo Madre de Deus e bem perto do Polo Petroquímico de Camaçari, no Recôncavo Baiano, o que valoriza o empreendimento, segundo especialistas.

— A Rlam tem um papel estratégico, pois abastece um dos mercados mais importantes do país, que é a Bahia, e ainda é um importante ponto de distribuição no Nordeste. Como fica perto do mar, consegue atender, via cabotagem, outros locais. E uma refinaria só tem valor se tiver uma logística otimizada — disse Magda Chambriard, ex-diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e professora da Fundação Getulio Vargas (FGV).

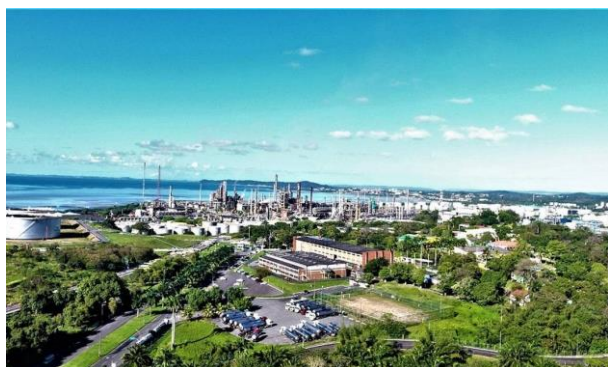
Outro especialista, que prefere não se identificar, ressalta que a unidade tem passado por reformas nos últimos anos. Além de bunker, a Rlam produz insumos para a produção de óleos lubrificantes, que vão para outras refinarias, além de cerca para velas. Segundo a fonte, quando

falta cera “é uma gritaria” entre os produtores de vela da Bahia, um estado conhecido pela forte religiosidade.

Mais competição

Segundo fontes do setor, a abertura do setor de refino trará mais competição. Por isso, os investidores interessados no negócio estão levantando todos os cenários possíveis. Mesmo depois de definido quem vai ficar com a refinaria, uma operação como essa pode levar dois anos para ser concretizada.

A Rlam tem hoje papel importante nas exportações de bunker da Petrobras. Segundo dados da ANP, a produção total desse tipo de combustível na estatal, de janeiro a junho deste ano, foi de 25,8 milhões de barris equivalentes, dos quais 5,5 milhões foram produzidos na refinaria baiana, ou seja, 21,4% do total.



<https://ogimgq.infoglobo.com.br/in/24645293-e99-a5d/FT1086A/652/x3.jpg.pagespeed.ic.Rh-1iUT9E3.jpg>

A refinaria atualmente: instalada em área de antiga fazenda de banana. Foto: Humberto Guanais / SINDIPETRO BAHIA

De acordo com Rodrigo Leão, coordenador-geral do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), a Rlam é responsável por algo entre 25% e 30% da produção total de óleo bunker da Petrobras.

A Petrobras tem elevado as vendas ao exterior desse tipo de combustível produzido na Rlam e em algumas outras refinarias por ter um produto com baixo teor de enxofre.

Esse tipo de óleo marítimo vem sendo bastante procurado no mercado internacional desde entrada em vigor, em janeiro, da norma da Organização Marítima Internacional (IMO, sigla em inglês) que reduziu de 3,5% para 0,5% o limite de enxofre nesse combustível.

O economista do Ineep explica que, ao vender a Rlam, a Petrobras vai abrir mão de parte desse mercado de exportação de óleo marítimo.

Isso porque cada refinaria produz um mix de vários derivados, e para elevar a produção de algum deles, são necessários investimentos e a redução da produção de outros tipos de combustíveis por conta da capacidade da refinaria.

— Com a venda da Rlam, a Petrobras está abrindo mão de um mercado que justamente está aquecido hoje. A avaliação que temos é que, por conta da mudança de legislação mundial que exige um óleo bunker com menor teor de enxofre, é que se terá um mercado importante para importação de óleo bunker com baixo teor de enxofre durante algum tempo – destaca Rodrigo Leão.

Dilema para Petrobras

Segundo dados do site Bunkerindex, enquanto o preço do barril de petróleo de janeiro a junho sofreu queda de 37,89%, o preço do óleo combustível do tipo bunker, que vem sendo exportado pela Petrobras, registrou alta de 22,67%, destaca Rodrigo Leão.

Para ele, a Petrobras pode perder um importante mercado externo no momento em que precisa aumentar suas receitas:

— As empresas buscam sempre é ganhar mercado, e as petrolíferas fazem isso em todos os segmentos. Então, abrir mão de um mercado que está com um produto com valor mais em alto é um problema.

Felipe Perez, diretor de Downstream (refino) da consultoria internacional IHS Markit, discorda. Para ele, a redução na produção de óleo marítimo pela Petrobras é uma perda irrelevante porque bunker tem margens bem pequenas:

— De fato as exportações de bunker ajudaram relativamente (a Petrobras). Sem as exportações, possivelmente teria que reduzir carga em algumas refinarias. No curto prazo, a Petrobras tem uma pequena perda, mas, no longo prazo estará melhor posicionada com refinarias que têm alta conversão e produzem muito pouco óleo combustível.

A Petrobras informou que quase todas as refinarias da companhia podem produzir bunker e que a estatal tem condições de elevar a produção nas outras unidades sem necessidade de investimentos adicionais.

“Basta alterar o mix de produtos que estão sendo produzidos em determinado período. As variações de produção das refinarias ocorrem de acordo com as indicações do plano de abastecimento da Petrobras, considerando a demanda no Brasil de derivados e indicações econômicas, para garantia do melhor resultado para a Petrobras”, informou a companhia em nota.

Segundo a Petrobras, a Rlam foi responsável por cerca de 30% da produção total de bunker e óleo combustível no período de janeiro a julho deste ano.

Conheça algumas curiosidades sobre a Rlam

- Com o nome de Refinaria Nacional do Petróleo, a unidade começou a operar em 17 de setembro de 1950, em meio à campanha “O petróleo é nosso”.
- A localização escolhida foi o município de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, por causa da proximidade de Candeias, cidade baiana onde começou a exploração de petróleo no Brasil.
- Antes da criação da Rlam, há 70 anos, existia no local onde ela está localizada uma fazenda, próxima ao Rio Mataripe, um braço de mar da Baía de Todos os Santos. A propriedade se chamava Porto Barreto, por pertencer a um fazendeiro chamado Horácio Sá Barreto Lemos, e produzia bananas.
- A chegada, de trem, dos grandes equipamentos, como enormes tanques metálicos, torres e tubulações, para a refinaria causou grande agitação na região na época, com a atração de trabalhadores de todo o país e até do exterior. Há registros de profissionais dos EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Polônia e Itália contribuindo para a construção da primeira grande produtora de combustíveis do país.
- A refinaria iniciou com produção de 2.500 barris por dia. Manteve, durante quase três décadas, a Bahia como o único estado produtor de petróleo no Brasil, chegando a produzir 25% da demanda do país.
- Em 1953, com a criação da Petrobras, a refinaria foi incorporada à estatal, sendo rebatizada em 1957 de Landulpho Alves, em homenagem ao engenheiro agrônomo e político baiano que lutou pela causa do petróleo no Brasil.
- Sua operação permitiu o desenvolvimento do primeiro complexo petroquímico do país, o Polo Petroquímico de Camaçari.
- A refinaria contribuiu de forma decisiva para a geração de empregos e renda na Bahia, principalmente em São Francisco do Conde. Em 2018, foi responsável por 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) baiano e por 20% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/09/2020

INSPEÇÕES NAS SALAS DE PERÍCIA MÉDICA DO INSS NO RIO DE JANEIRO COMEÇAM NESTA QUINTA

Até o início da próxima semana as 27 unidades reabertas terão sido inspecionadas
Por Patrícia Valle

RIO - O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informou que iniciará inspeções nas salas de atendimento da perícia médica no Rio de Janeiro nesta quinta-feira, em 14 agências das 27 reabertas. Até a próxima segunda-feira, todas as unidades reabertas terão passado por nova inspeção.

O INSS realizou nesta terça-feira e quarta-feira (15 e 16) inspeções nas salas de atendimento da perícia médica pelo Brasil com o intuito de verificar se os locais estão aptos para a volta de perícias médicas. No entanto, no Rio de Janeiro nenhuma agência foi inspecionada ainda.

Segundo o órgão, durante a inspeção, o relatório de adequação e cumprimento de itens será devidamente preenchido pelas equipes, o que garantirá a segurança e seriedade do trabalho feito pelo INSS, para que este serviço tão essencial ao cidadão volte a ser prestado. E os representantes da Perícia Médica Federal foram convidados a acompanhar essas novas inspeções.

As agências do INSS retornaram as atividades presenciais oficialmente na segunda-feira, e já estão em funcionamento avaliação social, reabilitação profissional e justificação administrativa. Todos estes serviços devem ser agendados com antecedência pelo Meu INSS ou telefone 135. Não haverá atendimento sem agendamento prévio.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/09/2020

BANCO CENTRAL MANTÉM TAXA BÁSICA DE JUROS EM 2%

A autarquia interrompeu a sequência de nove cortes seguidos na Selic; Copom acenou que vai manter o patamar dos juros por algum tempo

Por Gabriel Shinohara e Ivan Martínez-Vargas

BRASÍLIA e SÃO PAULO — O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu pela manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 2%. A decisão desta quarta-feira também sinalizou que a taxa deve permanecer nesse patamar, o menor da série histórica iniciada em 1996, por algum tempo.

No comunicado, o Comitê disse esperar uma elevação da inflação no curto prazo com uma alta "temporária" dos preços dos alimentos. Nas últimas semanas, a alta no preço de produtos da cesta básica, como o arroz, movimentaram as ações do governo.

"O Comitê avalia que a inflação deve se elevar no curto prazo. Contribuem para esse movimento a alta temporária nos preços dos alimentos e a normalização parcial do preço de alguns serviços em um contexto de recuperação dos índices de mobilidade e do nível de atividade".

No entanto, na análise do Copom, as medidas de inflação ainda estão abaixo dos níveis compatíveis com o cumprimento da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 3,75% em 2021 e 3,5% em 2022. Segundo o boletim Focus, que reúne as expectativas de analistas do mercado financeiro, a inflação deve fechar em 1,94% este ano, 3,01% em 2021 e 3,5 em 2022.

Sequência interrompida

A decisão de manter em 2% interrompe a sequência de nove cortes seguidos na Selic iniciada em julho de 2019. A interrupção já havia sido sinalizada na última reunião, em agosto, quando o Copom disse que o espaço para quedas adicionais, "se houver", seria pequeno.

Apesar de entender que o país precisa de um estímulo "extraordinariamente elevado", com juros baixos, o BC decidiu não alterar a Selic porque um novo corte poderia trazer efeitos negativos para a estabilidade financeira.

"De forma a prover o estímulo monetário considerado adequado para o cumprimento da meta para a inflação, mas mantendo a cautela necessária por razões prudenciais, o Copom considera apropriado utilizar uma "prescrição futura" (isto é, um "forward guidance") como um instrumento de política monetária adicional".

Com isso, o Banco Central continuou lançando mão de uma nova ferramenta para influenciar nas taxas de juros do mercado sem alterar a Selic, o forward guidance. Usado pela primeira vez na reunião de agosto, esse instrumento consiste em utilizar a própria comunicação do Banco Central como uma forma de influenciar as taxas de juros. Neste caso, o BC acenou que os juros continuarão baixos.

Ao comunicar que deve manter essa taxa por algum tempo, o Banco Central dá uma previsão para os agentes de mercado de que as condições da taxa básica de juros não devem mudar durante um período prolongado e, assim, os bancos e instituições financeiras podem ajustar as suas taxas com maior previsibilidade.

O Copom estabeleceu dois cenários que fariam o patamar dos juros aumentar. O primeiro, se o governo aumentar os gastos, causando uma alteração na manutenção do atual regime fiscal. O segundo, se as expectativas de inflação de longo prazo mudarem drasticamente.

A decisão de manutenção da atual taxa básica de juros era esperada pelo mercado e, segundo analistas, deve se repetir nas próximas reuniões do Copom.

Para além do recente choque de inflação dos alimentos e do aumento do preço de serviços em retomada, o ex-diretor do BC e chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV-IBRE, José Júlio Senna, destaca que tem sido observada alta nos índices de preços ao produtor.

- As matérias-primas estão subindo, e impactaram os preços de bens primários no nível do produtor, como minérios, por exemplo. Para o consumidor, essa alta ainda não chegou, e não contaminou as expectativas de inflação, o que é importante. É uma complicação em matéria de preços, porém, que deve ser observada com cuidado - afirma ele.

Segundo Senna, esses choques de preços tendem a se dissipar, e são movimentos relativos que não necessariamente contaminam a inflação como um todo.

- Como a inflação ainda não foi atingida por essas altas, o mercado deve ficar relativamente tranquilo, embora atento à evolução desses indicadores. Cedo ou tarde, aumentos ao produtor podem ser repassados ao consumidor, já que as margens [de lucro dos produtores] estão comprimidas.

Na visão de Carlos Kawall, diretor do Asa Investments, embora a inflação mais elevada no curto prazo seja ruim por afetar o nível de consumo das famílias, ela não tem um efeito relevante e deve ser vista como pontual.

- Temos uma inflação de serviços em 12 meses abaixo de 1%, que deve se manter nesse patamar até o fim do ano, o que é bem baixo. As projeções de inflação do Copom para 2021 subiram um pouco, mas ainda abaixo do esperado.

Não deve haver alta na taxa Selic no curto prazo, segundo Silvio Campos Neto, da Tendências.

- As expectativas são de inflação controlada, mesmo com um aumento no curto prazo. A previsão do Focus para 2020 é de 1,9%, e a meta de 2021 é 3,75%, há gordura para queimar - diz.

O que pode mudar o cenário, segundo os analistas, é a preocupação crescente com o quadro fiscal do país.

- Há uma dúvida relativa ao futuro, se o governo conseguirá reduzir o déficit primário, hoje em 12% do PIB, para o patamar anterior, de 2% - diz Senna.

Taxa estimulativa e meta de inflação

A Selic é a taxa em que bancos, administradoras de cartões e instituições financeiras se baseiam para calcular os juros que serão cobrados de seus clientes nas diferentes modalidades oferecidas. Com uma Selic mais baixa, outras taxas tendem a cair também, o que torna o crédito mais barato.

Com taxas de juros mais baixas, os financiamentos ficam mais baratos para empresas. Dessa forma, elas podem usar os recursos para fazer mais investimentos ou mesmo se manter durante o período de queda no faturamento causado pela pandemia. A taxa de juros baixa é considerada "estimulativa", ou seja, ajuda a induzir a atividade econômica.

Além de estimular a economia, a Selic também é uma das ferramentas do Banco Central para atingir a meta de inflação. Quando está abaixo da meta, o BC corta os juros, estimulando o crédito, aumentando o consumo e a inflação. Quando a inflação parece caminhar para acima da meta, o BC eleva os juros, encarecendo o crédito, que por sua vez freia o consumo, reduzindo a inflação.

A inflação nos últimos doze meses está em 2,44%, um pouco abaixo do piso da meta de 4% estabelecida para 2020. A meta tem margem de 1,5 pontos percentuais para cima ou para baixo, com piso em 2,5% e teto em 5,5%.

Análise da recuperação econômica

Na visão do Copom, a retomada da atividade econômica mundial ainda enfrenta bastante incerteza devido ao fim dos estímulos governamentais e à evolução da pandemia. No entanto, para o Copom, o ambiente parece "relativamente mais favorável" para países emergentes como o Brasil.

"Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores recentes sugerem uma recuperação parcial, similar à que ocorre em outras economias. Os setores mais diretamente afetados pelo distanciamento social permanecem deprimidos, apesar da recomposição da renda gerada pelos programas de governo. Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o período a partir do final deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais".

Assim como em outras ocasiões, o Copom também destacou a importância das reformas estruturais para a recuperação da economia.

"O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia".

Fonte : O Globo - RJ

Data : 17/09/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PETROBRÁS VAI TENTAR CONVENCER A ANP DE QUE PRODUZ DIESEL RENOVÁVEL

Petroleira, apoiada pelo Ministério da Economia, quer que agência altere texto de regulamentação para classificar como diesel verde novo produto desenvolvido em sua refinaria no Paraná

Fernanda Nunes, O Estado de S.Paulo

RIO - A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vai reunir agentes de mercado de peso nesta quinta-feira, 17, para debater uma nova regulamentação que está mobilizando o setor de combustíveis, a do diesel verde, um produto menos poluente que o fabricado a partir do petróleo. De um lado está a Petrobrás, apoiada pelo Ministério da Economia, grandes distribuidoras, como a BR, e donos de postos de gasolina. Do outro, a própria agência reguladora e produtores de biodiesel.

A Petrobrás reivindica a mudança do texto original da regulamentação do diesel verde, que ainda está sendo preparada. Ela quer que um novo produto testado em sua refinaria do Paraná, a Repar, seja classificado como diesel verde e autorizado a substituir parte do biodiesel hoje misturado ao óleo diesel vendido nos postos.

Mas, como a maior parcela do novo diesel da Petrobrás é de origem fóssil, a agência entende que o produto não pode ser classificado como um biocombustível. Para a reguladora, para ser renovável, o combustível da petroleira não poderia ter petróleo na sua composição.

A estatal alega, no entanto, que além de ser menos poluente que o biodiesel vegetal, o reconhecimento de que o seu combustível é renovável deixaria o mercado mais competitivo e ajudaria a baixar o preço para o consumidor final. Diz também que não cabe à reguladora reservar mercado para os produtores de biodiesel. A tese é apoiada pelo Ministério da Economia, que também apresentou contribuição à audiência da ANP.

"Ele (o novo diesel) é mais vantajoso que o biodiesel ester (biodiesel vegetal) pois permite maior descarbonização (cerca de 15 % melhor) para um mesmo óleo vegetal. Adicionalmente, permite a redução de poluentes regulados (material particulado e óxidos de nitrogênio) e a inserção de novas tecnologias veiculares no País", afirmou a empresa ao Estadão/Broadcast por meio de sua assessoria de imprensa.

Hoje, em cada litro de óleo diesel consumido nos postos de gasolina, 88% são produzidos a partir do petróleo. O restante é biodiesel, de base agrícola. O que a Petrobrás quer é que além de todo óleo diesel já vendido por ela, passe a fornecer também os 5% de biodiesel, deixando para os demais fornecedores os 7% restantes. Isso porque apenas 5% do seu novo diesel são renováveis.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) alegou à ANP que o produto da estatal não pode ser considerado "verde", porque "parte importante de sua composição é oriunda de base fóssil".

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/09/2020

BRASIL REGISTRA ABERTURA LÍQUIDA DE 782.664 EMPRESAS NO 2º QUADRIMESTRE

Apesar da pandemia de covid-19 afetar a atividade econômica em todo o território nacional, o Brasil registrou a abertura líquida de 782.664 empresas no segundo quadrimestre de 2020, de

acordo com dados divulgados nesta quinta-feira pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

O Mapa de Empresas mostra que foram abertas 1,114 milhão de novas firmas de maio a agosto de 2020, um aumento de 6,0% em relação ao primeiro quadrimestre do ano e uma alta 2,0% em relação ao mesmo período do ano passado.

Ao mesmo tempo 331.569 empresas encerraram suas atividades de maio a agosto, um volume 6,6% menor que o dos primeiros quatro meses de 2020. Na comparação com o segundo quadrimestre de 2019, a queda no fechamento de firmas chegou a 17,1%.

A maior parte dos novos CNPJs criados no segundo quadrimestre do ano foi de empreendedores individuais, incluindo os microempreendedores (MEIs), com 944.469 registros de maio a agosto, uma alta de 2,4% em relação aos quatro primeiros meses de 2020.

Com os resultados do período, o número de companhias ativas no País chegou a 19,289 milhões no fim de agosto, uma alta de 4,5% em relação ao fim de abril. Do total, 13,783 milhões são empreendedores individuais ou MEIs.

Com saldo de novas 317 mil empresas abertas no período, o Estado de São Paulo possui 5,4 milhões de firmas ativas, seguido por Minas Gerais (2 milhões) e o Rio de Janeiro (1,8 milhão).

O setor de serviços responde por 46% das empresas em funcionamento no País, seguido pelo comércio com 35,21%. Na sequência aparecem indústria de transformação (9,53%), construção civil (8,09%), agropecuária (0,64%), extrativa mineral (0,14%) e outras (0,45%).

O comércio varejista de vestuário e acessórios liderou a criação de empresas no segundo quadrimestre do ano, com 68.711 novas firmas. Na sequência, vem a abertura de 51.153 empresas de promoção de vendas. Outras 43.378 firmas foram abertas para o fornecimento de alimentos preparados para consumo domiciliar.

Já entre os segmentos que mais fecharam firmas no período estão o comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; e comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/09/2020

MINISTRO DIZ QUE NORDESTE TERÁ INVESTIMENTOS DE R\$ 26 BI PARA EXPANSÃO ENERGÉTICA

Por Emilly Behnke



https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/bd/2020/06/16/bento-albuquerque-ministro-de-minas-e-energia-1592341979919_v2_900x506.jpg

Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia, destacou o potencial da região para energias renováveis

Brasília - O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, destacou nesta quinta-feira, 17, que 56% da previsão da expansão da capacidade de geração de energia elétrica brasileira até 2026 se dará na Região Nordeste. Segundo ele, os investimentos devem chegar a cerca de R\$ 26 bilhões.

O chefe da pasta participou junto ao presidente Jair Bolsonaro nesta quinta-feira da inauguração de nova etapa do complexo solar de Coremas (PB).

Durante o evento, o ministro ressaltou em especial o potencial energético da região na produção de energias limpas, a eólica e solar. “O Nordeste se destaca pela sua extraordinária contribuição nas gerações solar e eólica, fontes que representam hoje cerca de 11% da nossa capacidade de geração e serão 25%, em 2030”, disse.

O ministro também citou o perfil acima da média mundial do País de produção de energia limpa. “As nossas fontes limpas e renováveis representam 85% da geração de energia elétrica brasileira, enquanto a média no resto do mundo é 24%”, disse.

Ele também mencionou a segurança energética do Brasil, mesmo durante a pandemia da covid-19. “O Brasil é um exemplo para o mundo em termos de sustentabilidade na geração e energia elétricas. Estamos vendo na pandemia alguns países com apagões e aqui estamos com segurança energética; fontes limpas 85% da energia.”

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/09/2020

BOLSA FIRMA ALTA COM AJUDA DE VALE E PETROBRÁS, ENQUANTO DÓLAR FICA ESTÁVEL

Na tarde desta quinta, Ibovespa vai na contramão do mercado de acionário de Nova York, onde os índices operam em queda após a decisão do Fed

Por Simone Cavalcanti, O Estado de S.Paulo

Em uma tarde negativa para a maioria dos ativos de risco, principalmente no mercado acionário em Nova York, a Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, se firma em alta, sendo apoiada pelo bom desempenho dos papéis das empresas de commodities nesta quinta-feira, 17. Já o dólar se mantém na linha da estabilidade frente ao real, mas, externamente, mostrava comportamento misto frente a moedas de pares emergentes.

O contrato futuro mais líquido de ouro fechou em queda hoje, depois que os bancos centrais de Estados Unidos, Japão e Reino Unido anunciaram manutenção da orientação corrente da política monetária. Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o metal precioso com entrega prevista para dezembro encerrou a sessão com perda de 1,04%, a US\$ 1.949,90 a onça-troy.

Às 16h12, o Ibovespa, principal índice de ações do mercado brasileiro, ganhava 0,47%, aos 100.147,55 pontos. As ações da Vale On subiam 1,71%, enquanto Petrobrás On tinham alta de 1,93%. O resultado vem em sintonia com os contratos de petróleo no exterior: hoje, o WTI para outubro encerrou com alta de 2,02% a US\$ 40,97 o barril, enquanto o Brent para novembro teve ganho de 2,56%, a US\$ 43,30 o barril.

Ainda no horário acima, o Dow Jones recuava 0,87%, o S&P 500 perdia 1,29% e o Nasdaq tinha baixa de 1,68% em Nova York. O resultado negativo vem um dia depois do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, manter a taxa de juros americana em 0,25% ao ano e fazer um discurso vago e incerto sobre o futuro da economia dos EUA.

No câmbio, o dólar caía 0,05%, cotado a R\$ 5,2382 no segmento à vista. O resultado misto vem um dia após a decisão do Copom de também manter a Selic a 2%. Nas casas de câmbio, de acordo com levantamento realizado pelo Estadão/Broadcast, o dólar turismo é negociado perto de R\$ 5,50.

No noticiário local, mais de um terço dos domicílios brasileiros apresentou algum grau de insegurança alimentar no biênio 2017-2018, maior índice registrado pelo IBGE desde 2004, quando o instituto realizou o levantamento pela primeira vez. A pior situação foi registrada nas regiões Norte e Nordeste, onde menos da metade dos lares tinha garantia de alimento.

Em tempo: o Diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca, Larry Kudlow, disse que o pacote fiscal de us\$ 1,5 trilhão está "na faixa da possibilidade", segundo a agência de notícias Dow Jones.

Fonte : *O Estado de São Paulo - SP*

Data : 17/09/2020

COLUNA DO BROADCAST - RAIADROGASIL ABASTECERÁ LOJAS COM SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL

Por *Fernanda Guimarães*



https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/wp-content/uploads/sites/431/2020/09/usina-solar-mg-raiadrogasil_160920202539.jpg

Foto: *Daniel Tavares Cruz/Axis Renováveis/ Divulgação*

Com o objetivo de reduzir sua pegada de carbono, a RaiaDrogasil vai abastecer suas lojas com sistemas de geração de energia renovável no conceito de geração distribuída, ou seja, que usa a energia produzida em unidades fisicamente próximas ao local de consumo. O projeto da varejista prevê a utilização de 48 usinas fotovoltaicas, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e, ainda, usinas de biogás, que juntas têm potência instalada de 40 MW. O cálculo é que a iniciativa evite a emissão de 8.800 toneladas de CO2 na atmosfera.

Passo a passo. A rede já possui quatro usinas que suprem o consumo de eletricidade de mais de 100 lojas da rede situadas nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A meta é chegar até fim do ano que vem com 1,7 mil lojas nesse sistema. Atualmente, a RD tem mais de 2,1 mil lojas.

O Broadcast+ é uma plataforma líder no mercado financeiro com notícias e cotações em tempo real, além de análises e outras funcionalidades para auxiliar na tomada de decisão.

Para saber mais sobre o Broadcast+ e solicitar uma demonstração, acesse <http://www.broadcast.com.br/produtos/broadcastplus/>

Contato: colunabroadcast@estadao.com

Fonte : *O Estado de São Paulo - SP*

Data : 17/09/2020

PEDÁGIO SEM CANCELA PARA RODOVIA VAI A VOTAÇÃO NO SENADO

Free flow, sistema sem cancelas em que o usuário paga somente pelo trecho percorrido, está presente em novo projeto de lei, que tem o apoio do governo

Por *Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Com o apoio do governo federal, o Senado se prepara para votar nesta quinta-feira, 17, um projeto de lei que abre as portas para um novo modelo de cobrança de pedágio: o free flow, sistema sem cancelas em que o usuário paga somente pelo trecho percorrido.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/0/5/1590199485150.jpg>

Pedágio - Com preços mais acessíveis, o Ministério da Infraestrutura também avalia que, no longo prazo, o free flow vai permitir que o governo conceda rodovias que hoje são inviáveis de pedagiar Foto: *Clayton de Souza*

Com texto enxuto, o projeto atribui a regulamentação ao Ministério da Infraestrutura, que terá de editá-la no prazo de seis meses. O free flow é defendido dentro da pasta comandada por Tarcísio de Freitas como um modelo mais justo para a cobrança de tarifas. Sem as praças de pedágio - que ficam bastante espaçadas nas rodovias - e com pontos de verificação (pórticos) colocados ao longo da estrada, a base de motoristas pagantes se torna maior. Por sua vez, o pedágio tende a ficar mais barato para todos, argumentam técnicos do governo e entidades do setor.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/6/8/1600365410786.jpg>

Sistema de rodovia de pedágio aberto Foto: CNT

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a ideia da pasta é que o modelo possa coexistir com o atual, mas se torne prioridade na escolha para as próximas concessões de rodovias. Os contratos já firmados com a iniciativa privada também não devem sofrer alterações.

Na América do Sul, o Chile foi pioneiro no uso do free flow, com a Autopista Central, em Santiago. O sistema começou a operar em 2004. O formato também é visto em estradas de países como Austrália, Canadá, Portugal, Israel e Noruega.

Com preços mais acessíveis, o Ministério da Infraestrutura também avalia que, no longo prazo, o free flow vai permitir que o governo conceda rodovias que hoje são inviáveis de se pedagiar. As tarifas são a fonte de renda das concessionárias e, em algumas localidades, os valores impostos pelo modelo atual são muito pesados para o bolso dos motoristas. Por isso, nesses lugares, o Estado precisa desembolsar recursos para obras e manutenção. Com o novo formato, técnicos apontam que mais rodovias se tornarão candidatas à concessão no futuro.

“É uma prioridade que temos de estabelecer. O modelo do free flow já é uma realidade em mais de 20 países. É um sistema moderno, mais justo”, disse o relator do projeto, o senador Jayme Campos (DEM-MT), cujo parecer já foi aprovado no fim do ano passado na Comissão de Serviços de Infraestrutura. Se for cancelado no plenário do Senado, o projeto ainda precisará do aval da Câmara.

Como será a cobrança

O Ministério da Infraestrutura ainda avalia qual tecnologia vai adotar para a identificação dos veículos. Uma das opções é o uso das tags eletrônicas, que já são muito comuns em grandes centros em razão do sistema "sem parar". Mas nada impede que outros sistemas sejam usados, até de forma conjunta, para tornar o reconhecimento mais eficaz. Além das tags, alguns países usam também utilizam a leitura de placa dos veículos.

Apesar de o parecer de Campos definir que os veículos "deverão" possuir dispositivo de identificação eletrônica, técnicos do governo gostariam de ver essa obrigação de fora do texto, segundo apurou a reportagem. A ideia é que questões práticas como essa sejam tratadas apenas na regulamentação. O aparelho que será usado nas rodovias para identificar o veículo também não está definido. Para esses casos, o pórtico é bastante usado em países que já funcionam com o free flow.

Diferente do sistema atual, em que a barreira física da cancela dificulta calotes, o free flow impõe desafios na cobrança das tarifas. A forma como o pagamento poderá ser feito pelos motoristas é outro ponto sob avaliação do governo, mas técnicos reconhecem que, por esse ângulo, o free flow traz mais riscos de inadimplência.

A maior razão do projeto de lei é justamente tentar contornar esse problema. O texto inclui no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que deixar de pagar pelo uso da rodovia é uma infração

grave, que gera cinco pontos à CNH e cujo valor da multa é de R\$ 195. Hoje, o código apenas pune quem "escapa" fisicamente do pedágio.

Concessionárias temem evasão

Apesar de apoiar o sistema com "entusiasmo", a Associação Brasileira dos Concessionários de Rodovias (ABCR) é uma das entidades que se preocupam com o problema de evasão. O diretor-superintendente da ABCR, Flávio Freitas, destaca que hoje o Brasil convive com um número muito grande de veículos irregulares, o que indica desde já que a tarefa não será fácil, e que a lei não será suficiente para forçar os pagamentos.

"No Brasil, brincamos de fazer leis achando que isso vai mudar uma situação cultura, social, de educação. Não é algo que vai virar uma chave. Tem de ter muita campanha", disse Freitas. Ele ressalta que a ABCR quer ver o sistema funcionando no Brasil, mas alerta que muitos cuidados deverão ser tomados. Freitas cita o caso do Chile. Segundo ele, o país convive com uma evasão que varia de 10% a 15%, mesmo tendo adotado vários sistemas que forçam o pagamento pelo cidadão.

Rodovias de São Paulo já usam o modelo

Segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), que apoia o uso do free flow, o sistema atualmente já foi implantado em quatro rodovias do Estado de São Paulo, em fase de testes. Em junho, a entidade divulgou um documento para destacar quais vantagens enxerga no modelo.

O governo já tem intenção de testar o free flow em um trecho da nova concessão da Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. O contrato atual com a CCR vai acabar no início de 2021 e um novo leilão está programado para o próximo ano. A maior parte do projeto conta com praças físicas de pedágio, mas a via expressa do trecho São Paulo-Guarulhos já deve contar com a cobrança sem cancelas. O Ministério da Infraestrutura decidiu não adotar o modelo para toda a concessão justamente porque o sistema ainda não tem legislação própria, muito menos regulamentação consolidada.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 17/09/2020

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

BP BUNGE BIOENERGIA BUSCA SINERGIAS DE MAIS DE R\$ 1 BI

Joint venture diminui custos e obtém ganhos operacionais

Por Camila Souza Ramos — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/p1-PMGhOMhevfrw7EQXxwrljp8=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/j/4/xmH3YSTtWCkmK4LCAXhg/foto17agr-101-bpbunge-b9.jpg](https://s2.glbimg.com/p1-PMGhOMhevfrw7EQXxwrljp8=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/j/4/xmH3YSTtWCkmK4LCAXhg/foto17agr-101-bpbunge-b9.jpg)

Mario Lindenhayn, presidente-executivo e presidente do conselho da BP Bunge — Foto: Claudio Belli/Valor

Nenhuma empresa planeja uma fusão esperando que surja uma pandemia logo na esquina. Mesmo assim, a joint venture BP Bunge Bioenergia, que concluiu a união das operações de suas duas acionistas - a petroleira britânica BP e a americana Bunge, gigante do agronegócio - em dezembro, avalia estar passando bem pelo

teste de fogo que tem sido 2020. A empresa espera capturar sinergias, nesta safra (2020/21), de R\$ 500 milhões, e vê potencial para o valor superar R\$ 1 bilhão.

Em seis meses de safra, a nova companhia, que nasceu com 11 usinas e capacidade para moer 32 milhões de toneladas por safra, está focada em continuar otimizando sua estrutura e sua posição no mercado e em aumentar o uso de sua capacidade, afirma Mario Lindenhayn, presidente-executivo e presidente do conselho da BP Bunge. Por isso, não vê aquisições como prioridade, e descarta, por ora, um IPO.

Safra 2019/20

Produção das 11 usinas das empresas*

27,9 milhões de toneladas de cana	1,5 bilhão de litros de etanol	1 milhão de toneladas de açúcar	1,2 gigawatts hora de energia cogorada
---	--	---	--

Fonte: BP Bunge Bioenergia. *Antes da fusão

[https://s2.glbimg.com/8WgSd8CE2Kw-5nDjGII777odvdY=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/x/W/Y70w_hSTX23iv9oLtgBhg/arte17agr-102-bpbunge-b9.jpg](https://s2.glbimg.com/8WgSd8CE2Kw-5nDjGII777odvdY=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/x/W/Y70w_hSTX23iv9oLtgBhg/arte17agr-102-bpbunge-b9.jpg)

Dos ganhos operacionais obtidos até agora, os principais são reduções de custos agrícolas e melhoras na parte logística, destaca. No campo, a companhia já reduziu seus custos de plantio em 30% em relação ao ano passado, por exemplo. O número de colhedoras nas lavouras - que, além de custar caro, demandam elevado custo de manutenção - foi reduzido em 20%, enquanto a produtividade aumentou 10%. Nas indústrias, o indicador que mede eficiência na produção, o RTC, subiu 1,5%.

“A mágica foi deslocar profissionais especializados que tínhamos em certas usinas para outras, para fazer um ‘copia e cola’. Aplicamos práticas já existentes e homogeneizamos as unidades”, diz Lindenhayn. A captura integral de sinergias só não deve ocorrer mais cedo porque parte delas depende do ciclo agrícola, como o plantio.

Com a união de processos e, sobretudo, a automação de atividades, houve um corte relevante de pessoal. Atualmente, a BP Bunge Bioenergia emprega 8,9 mil trabalhadores diretos, 1,2 mil a menos que o total que trabalhava para a BP e a Bunge em suas operações sucroalcooleiras antes da fusão.

A companhia também vem registrando ganhos de escala com a logística. Hoje, possui um contrato de escoamento de açúcar com a VLI que a tornou a maior operadora da commodity com a empresa de ferrovias. A joint venture ainda tem direito de usar tanques de etanol de 120 milhões de litros em Paulínia e 15 milhões de litros no porto de Santos da Opla, empresa controlada por BP e Copersucar.

Essa armazenagem à disposição caiu como uma luva para a BP Bunge Bioenergia quando a pandemia chegou e as pessoas pararam de abastecer seus veículos com etanol para ficar em casa. “É extremamente relevante, especialmente em um ano como esse em que o carregamento mostrou-se interessante para as empresas que puderam guardar o produto no período crítico de abril e maio”, diz Geovane Consul, CEO da companhia. Apesar das incertezas que ainda rondam a safra atual, a expectativa dos executivos é fechar a temporada 2020/21 com receita entre R\$ 5 bilhões a R\$ 5,5 bilhões.

Enquanto a pandemia mantém o terreno pantanoso, o grupo pretende voltar seu foco para preencher a parcela de capacidade ainda ociosa, meta que pretende alcançar em até três safras. Na passada, as 11 usinas do grupo processaram 28 milhões de toneladas, 4 milhões a menos que o potencial.

Para zerar a diferença, a empresa planeja investir R\$ 1 bilhão por safra nos canaviais, com atenção sobretudo aos tratos culturais, além de até R\$ 250 milhões nos gastos com equipamentos e na manutenção de entressafra.

A expansão agrícola, porém, deve ser cautelosa, ressalta Consul. "Não vamos mais buscar cana a qualquer custo, que era a estratégia anterior. Se você não enfrenta problemas como falhas de plantio, se expande para áreas onde a operação custa mais, não traz benefícios", afirma o CEO, que ressalta que o crescimento da oferta de cana ocorrerá pari passu com a dos fornecedores, que devem continuar respondendo por 30% da cana moída pelo grupo.

Já a robustez financeira para garantir esses investimentos está garantida, asseguram os executivos. A dívida da companhia está em torno de R\$ 100 por tonelada de cana moída, abaixo da média do setor. "Mesmo considerando um cenário mais conservador, a situação sugere que teremos geração de caixa positiva, o que permite investimentos", diz Lindenhayn, ressaltando, porém, que podem ocorrer variações nos preços das commodities e no câmbio, e também na demanda.

Para assegurar parte dos resultados desta primeira safra conjunta entre os dois sócios, a companhia já conseguiu fixar o preço de todo o açúcar desta safra e fez também o hedge de 60% da commodity para a próxima temporada (2021/22) e de 30% da seguinte (2022/23). Com o dólar nas alturas, o grupo conseguiu para a próxima safra preços 10% maiores que os da temporada atual e, para o ciclo seguinte, 8% ainda mais altos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 17/09/2020

MINISTRA AFIRMA QUE VAI TENTAR RECOMPOR CORTES DE RECURSOS NA AGRICULTURA ATÉ FIM DO ANO

Equipe econômica solicitou o bloqueio de R\$ 250 milhões da Pasta

Por Rafael Walendorff, Valor — Brasília

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou hoje que "não está feliz" com o corte no orçamento da Pasta e que vai tentar recompor os recursos até o fim do ano. Conforme o Valor antecipou, a equipe econômica solicitou bloqueio de quase R\$ 250 milhões do ministério no início do mês. Desde a semana passada, as primeiras tesouradas já retiraram quase R\$ 190 milhões do caixa, de acordo com portarias publicadas no Diário Oficial da União, a maior parte em recursos destinados à Embrapa.

"A Embrapa não pode ficar sem recurso. Pesquisa e regularização fundiária, que são prioridades para o governo, precisam ter recurso. Vamos brigar até o último momento", afirmou a ministra em evento virtual promovido pelo jornal "O Estado de S. Paulo" na manhã de hoje. Tereza Cristina ressaltou que conta com a ajuda dos parlamentares para retomar parte dos recursos. O seguro rural, outra política prioritária da Pasta, também foi afetado.

Esta semana, uma portaria do Ministério da Economia cancelou R\$ 140 milhões destinados à Embrapa e R\$ 24,3 milhões do Incra. No dia 11, outra publicação havia oficializado o corte de R\$ 23,6 milhões dos recursos para fomento agropecuário alocados no caixa do ministério.

As publicações falam que o dinheiro será direcionado para os ministérios da Economia, da Saúde, do Turismo e da Cidadania e para honrar encargos financeiros da União e de transferências a Estados, Distrito Federal e municípios. Os cortes, que afetam toda a Esplanada, também podem servir para fomentar o Pró-Brasil, programa de obras e infraestrutura para a retomada econômica do país pós-pandemia.

A ministra Tereza Cristina confia em um acordo feito com o time de Paulo Guedes para ser contemplada com R\$ 300 milhões de crédito adicional por meio de um projeto de lei que o

governo deve enviar ao Congresso Nacional ainda esse ano. Com isso, os valores bloqueados poderiam ser abatidos ao longo dos próximos meses e ainda sobriam R\$ 50 milhões, que poderiam ser usados para custear a possível contratação de 140 auditores fiscais federais agropecuários em outubro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 17/09/2020

SANEAMENTO, REFORMA TRIBUTÁRIA E A IMPORTÂNCIA DOS REGIMES ESPECIAIS

O saneamento básico pode ser utilizado como exemplo da importância desses regimes, excluídos da reforma tributária

Por Edison Fernandes - Professor doutor da FEA-USP, do CEU-IICS Escola de Direito e da FGV Direito SP, titular da Academia Paulista de Letras Jurídicas

São Paulo – Os projetos de reforma tributária que estão em tramitação, tanto em nível constitucional (PEC 45 da Câmara dos Deputados e PEC 110 do Senado Federal) quanto legal (PL 3.887 que unifica PIS/Cofins criando a CBS), são coincidentes no tratamento aos regimes especiais de tributação: todos propõem a sua extinção. O principal argumento para rejeitar os regimes especiais seria a manutenção de “gastos tributários” que causam distorção no sistema tributário. Na minha opinião, esse argumento incorre em (pelo menos) dois equívocos: em primeiro lugar, equipara todo e qualquer regime especial, sem considerar a sua aplicação e os seus efeitos; segundo, os regimes especiais, fundamentados em políticas tributárias, não são “gastos tributários”, mas técnica indutora.

Tomando por base o tão festejado recém aprovado marco regulatório do saneamento básico, quero avaliar o regime tributário concedido aos projetos de infraestrutura (Reidi). Para tanto, trago à comparação o Projeto de Lei nº 3.887, que cria a CBS em substituição a PIS/Cofins, porque entendo ser esse o texto mais próximo do modelo que inspirou as propostas de reforma tributária de nível constitucional.

De maneira geral (e inicial) uma boa medida, a CBS permite a tomada de crédito fiscal de bens e serviços relacionados a investimento integralmente no momento da aquisição. Isso significa que, para atividades em desenvolvimento, a CBS destacada na compra de máquinas, equipamentos, materiais e serviços de construção civil poderá ser, desde logo, utilizada para compensar a própria CBS e, após três meses, qualquer tributo federal. Trata-se de dinheiro praticamente imediato para pagamento de tributos.

No entanto, no caso de concessão de infraestrutura, como o saneamento básico, por meio de Parceria Público-Privada (PPP), modelagem comumente utilizada no saneamento básico, a pessoa jurídica vencedora da licitação deverá constituir uma sociedade de propósitos específicos (artigo 9º da Lei nº 11.079, de 2004). Vale dizer, a concessionária dos serviços de saneamento básico será uma pessoa jurídica recém constituída. Com isso, a aquisição de bens e serviços referente ao investimento inicial para a execução do serviço público gerará um estoque de crédito fiscal que somente será utilizado quando ocorrer a primeira cobrança da tarifa de água ou esgoto, alguns anos depois – e sem correção dos créditos.

Atualmente, o Reidi permite que a concessionária dos serviços de saneamento básico, desde que habilitada ao regime, possa adquirir bens e serviços sem a incidência de PIS/Cofins. Não há concessão de crédito fiscal, contudo, o preço dos referidos bens e serviços recebe o desconto das mencionadas contribuições sociais. Em resumo, o investimento em infraestrutura fica mais barato, o que refletirá na fixação da tarifa.

Indo além, vedar o tratamento tributário diferenciado pode ainda provocar outros impactos negativos para o tão necessário investimento em infraestrutura no Brasil, que, com o Teto de Gastos, deveria prioritariamente vir da iniciativa privada. Cito duas situações, seguindo ainda o

exemplo do saneamento básico, porque esse é o tema do momento, embora possam ser replicadas a qualquer projeto de concessão de serviços públicos.

A execução dos serviços de saneamento básico, em particular, e dos serviços públicos, quase em caráter geral, demanda muito investimento no início e tem prazos razoáveis de retorno financeiro, o que se nota pelos contratos de concessão (não inferior a 5, nem superior a 35 anos nas PPP, conforme artigo 5º, I da Lei nº 11.079, de 2004). Sendo assim, considerando a capacidade contributiva do projeto, cujo consumidor final é o cidadão usuário do serviço público, seria razoável aplicar uma tributação progressiva sobre a receita de acordo com a evolução da execução, de modo a alcançar a modicidade tarifária (artigo 22, IV da Lei nº 11.445, de 2007, com a redação dada pelo novo marco legal do saneamento básico).

Em razão das mesmas características (prazo do serviço e cobrança do cidadão usuário), seria razoável aplicar aos serviços públicos concedidos o “regime especial”, utilizado na agroindústria, que permite a compensação integral do prejuízo fiscal no caso de lucro da exploração.

Como escrevi em outra oportunidade, o tributo não é um fim em si mesmo, mas instrumento de política econômica (social e ambiental, por que não?). Assim, a reforma tributária não pode eliminar a função indutora dos tributos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 17/09/2020

IPIRANGA SE PREPARA PARA COMPETIÇÃO

Distribuidora aposta em corte de custos e infraestrutura para lidar com entrada de novos agentes
Por André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio



[https://s2.glbimg.com/Bqfn_irjqfrGBWRKQ0ft1-NZhhk=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/x/y/iGKhZkSrSa4AP9mIzhHg/foto17emp-101-ipiranga-b5.jpg](https://s2.glbimg.com/Bqfn_irjqfrGBWRKQ0ft1-NZhhk=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/x/y/iGKhZkSrSa4AP9mIzhHg/foto17emp-101-ipiranga-b5.jpg)

Presidente da Ipiranga, Marcelo Araújo diz que ampliará investimentos em infraestrutura de “forma significativa” — Foto: Divulgação

A Ipiranga, braço de distribuição do Grupo Ultra, vê pela frente um aumento da competição no mercado brasileiro nos próximos anos, à medida em que a quebra do monopólio da Petrobras no refino atraia novos agentes para o setor de combustíveis. O presidente da companhia, Marcelo Araújo, conta que tem feito o seu “dever de casa”, na busca por cortes de custos para tornar a empresa mais eficiente. Ao mesmo tempo, espera ampliar investimentos em infraestrutura logística de forma “bastante significativa” para se posicionar num setor em transformação.

Em entrevista exclusiva ao Valor, o executivo afirma que o momento de mudanças definirá que empresas serão as líderes de mercado daqui a dez anos. A Ipiranga promete reforçar os investimentos em infraestrutura - que tem respondido por entre 20% e 25% de seu orçamento. “A distribuição é, essencialmente, um negócio de logística. A infraestrutura é o que faz o negócio competitivo”, disse.

A Ipiranga não detalha os investimentos futuros. O plano de 2020 previa aportes de R\$ 837 milhões, em todas as suas áreas de negócios da distribuidora, mas o Ultra fez em abril um corte geral de 30% no orçamento do grupo. A empresa esclareceu, porém, que os projetos prioritários de infraestrutura foram mantidos.

Araújo conta que a expectativa para 2021 é dobrar o orçamento da área, em relação a 2020. Parte das expectativas da ampliação reflete os compromissos assumidos nos leilões de terminais

portuários dos últimos anos. O ritmo das obras previstas para 2020 foi afetado pela pandemia de covid-19.

A empresa mira investimentos não só em novos terminais, mas também em ferrovias e dutos. Para Araújo, a medida em que o mercado se consolide, a tendência é que os grandes projetos de infraestrutura ocorram por meio de parcerias, a exemplo do modelo da Logum Logística - empresa formada pela Petrobras, Raízen, Copersucar e Uniduto e que opera uma malha de etanolduto em São Paulo.

“O Brasil, agora, vai começar a ficar mais parecido com os mercados desenvolvidos, onde as distribuidoras investem na sua própria logística. Esse é um dos benefícios desse desmonte do monopólio do refino, porque as refinarias, distribuidoras e os produtores de biocombustíveis também vão começar a se associar para fazer investimentos”, disse o comandante da Ipiranga, dona de uma rede de 7,1 mil postos e cerca de 70 bases.

Araújo diz que o interesse de investidores em grandes projetos, como dutos e ferrovias, porém, passa pela necessidade de melhorias no ambiente de negócios, sobretudo no modelo tributário, para inibir o problema recorrente no setor de sonegação fiscal.

“Enquanto o modelo tributário brasileiro não avançar, fica muito restrito [o interesse]”, comentou Araújo, que defende a simplificação da tributação a partir da cobrança monofásica no produtor de combustíveis. Ele é a favor também de um mercado de biocombustíveis com “menos amarras” e defende o fim dos leilões de biodiesel e barreiras à importação de etanol, por exemplo.

Araújo tem pela frente a missão de recolocar a Ipiranga na rota histórica de crescimento. A empresa é o principal ativo do Grupo Ultra, responsável por 84% da receita líquida do grupo - que em 2019 foi de R\$ 89,3 bilhões. Nos últimos anos, a distribuidora viu as margens se achatarem. Dos patamares acima de R\$ 130 o metro cúbico (m³), a margem Ebitda da companhia recuou para R\$ 87 em 2018. O resultado melhorou ligeiramente, para R\$ 95/m³, no ano passado, mas a crise da covid-19 interrompeu a trajetória e a margem despencou para R\$ 39/m³ no segundo trimestre de 2020. Com resultados abaixo do esperado pelo mercado, a companhia entrou na lupa dos analistas e investidores.

Nesse contexto, a empresa aposta em um programa de redução de despesas, iniciado em 2018 e que deve se estender até 2022. A iniciativa já cortou R\$ 200 milhões anuais de custos recorrentes da companhia. “Isso vai nos deixar mais competitivos para que possamos fazer frente a essa competição maior, com as distribuidoras regionais se fortalecendo”.

Araújo acredita também que a abertura do mercado de refino pode trazer melhores condições comerciais para a empresa. Hoje, a Petrobras, enquanto agente dominante, trata todas as distribuidoras de forma igualitária na hora de assinar seus contratos. Segundo ele, empresas como a Ipiranga - segunda maior distribuidora do país em volume de vendas - terão condições de assumir compromissos de longo prazo e, assim, obter melhores condições contratuais.

“Estamos falando de pequenos descontos que num volume muito grande fazem bastante diferença. Certamente as grandes empresas preparadas para assumirem compromissos de longo prazo e que tiverem infraestrutura poderão se beneficiar”, comentou.

Sobre o interesse nas refinarias à venda pela Petrobras, Araújo disse que “este é um assunto para o Grupo Ultra”, controlador da empresa. “Somos uma distribuidora, vamos continuar a negociar com todos os refinadores”, respondeu.

Araújo acredita que a abertura do refino levará também a uma consolidação do setor de distribuição. A expectativa é que haja fusões e aquisições entre pequenos distribuidores interessados em ganhar escala para negociar com os novos refinadores.

Segundo ele, contudo, a Ipiranga não deve ser um grande ator nas futuras aquisições e fusões. “Nas regiões onde já somos mais concentrados vamos ter dificuldade de balizar esse crescimento inorgânico, por questões concorrenciais”, disse Araújo.

Em 2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) barrou a compra, pela Ipiranga, da Alesat - que acabou vendida para a suíça Glencore.

A entrada de novos players no setor, a partir de 2018, registrou a compra de 30% da TT Work, dona da Petronac, pela chinesa CNPC, e da rede Zema, de Minas Gerais, pela francesa Total. “Minha vida vai ficar muito mais complicada, mas isso é bom, inclusive para a Ipiranga, que vai ter de ser cada vez mais eficiente”, afirmou Araújo

O executivo traçou também as suas perspectivas de retomada das vendas. O consumo de combustíveis do ciclo otto - veículos leves que rodam a gasolina e/ou etanol - só deve retornar aos níveis pré-pandemia em meados de 2021. “Houve um período inicial com queda de 50% a 60% de demanda, mas hoje estamos cerca de 8% abaixo do período pré-covid e acreditamos que no quarto trimestre estaremos em torno de 5%”, afirmou.

No caso do diesel, porém, desde junho a demanda já dá sinais de recuperação, devido, principalmente, à agroindústria. “Para nós, o diesel teve uma curva [de retomada] em V”, comenta.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 17/09/2020

NOVA LEI DO SANEAMENTO AMEAÇA CONTRATOS DE 60% DAS ESTATAIS

Estudo da Roland Berger aponta que 1.502 cidades podem ser licitadas em 5 anos

Por Taís Hirata — De São Paulo

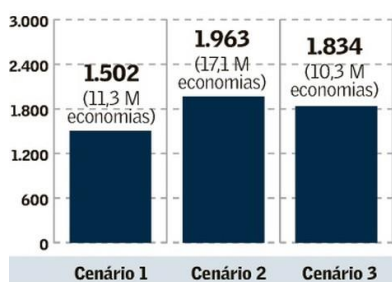
Mercado em potencial

Saneamento deverá ter onda de leilões no curto prazo

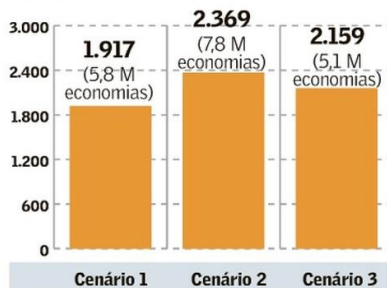
■ Cenários de novos projetos para os próximos 5 anos

Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Municípios são licitados à medida que expira o seu prazo contratual	Cenário 1 + municípios onde a estatal não comprovar capacidade econômico-financeira	Cai o veto ao artigo 16 da nova lei e estatais conseguem renovar parte dos contratos

■ Água - números de municípios



■ Esgoto - números de municípios



Fonte: Roland Berger

[https://s2.glbimg.com/qxH_xaRBRbLCEVF9gNy7_wHY4es=/0x0:756x651/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/X/N/5m9R3vSaaDSiT4nOPqNg/arte17emp-101-sanea-b1.jpg](https://s2.glbimg.com/qxH_xaRBRbLCEVF9gNy7_wHY4es=/0x0:756x651/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/X/N/5m9R3vSaaDSiT4nOPqNg/arte17emp-101-sanea-b1.jpg)

O novo marco legal do saneamento ameaça romper os contratos de 60% das companhias públicas do setor, que não deverão conseguir comprovar sua capacidade econômico-financeira para universalizar os serviços até 2033, aponta estudo da consultoria Roland Berger.

Pela nova legislação, as empresas terão que provar que têm condições para, até dezembro de 2033, garantir o atendimento de 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto. Em caso contrário, a companhia poderá perder o contrato com os municípios.

Os critérios para medir se a empresa tem ou não capacidade ainda serão definidos. Porém, pela análise da consultoria, a maioria das empresas não conseguiria atingir os requisitos, independentemente de qual for a métrica adotada, afirma Daniel Martins, sócio-diretor de energia e infraestrutura da Roland Berger.

“A conta é relativamente simples: comparamos o investimento necessário para a universalização com a geração de caixa operacional das empresas, que poderia ser reinvestida, e consideramos o nível de alavancagem [endividamento] das estatais, que têm maior dificuldade de contrair financiamentos do que os grupos privados”, diz ele.

Uma parte dessas empresas ainda conseguiria reverter a situação por meio de ganhos de eficiência e de um aumento nos níveis de endividamento, que ajudariam a comprovar uma maior capacidade de investir.

Para Gustavo Lopes, sócio da consultoria, o momento também traz oportunidades para as próprias empresas públicas ganharem eficiência. “O contrato não precisa necessariamente ir para o privado. Talvez as estatais consigam compensar suas limitações com um menor custo de capital, com sua experiência”, diz ele.

No entanto, o estudo aponta que 23% das estatais não atingiriam as metas exigidas pela lei, mesmo com melhorias. O resultado prático desse cenário será a abertura de mais oportunidades ao setor privado: como parte das estatais perderá contratos, eles necessariamente serão licitados.

A projeção é que, nos próximos cinco anos, no mínimo 1.502 municípios deverão licitar seus serviços de saneamento, o que poderá gerar contratos de aproximadamente R\$ 9,8 bilhões de receita anual, segundo o estudo.

Essa estimativa leva em consideração apenas as cidades cujos contratos com as estatais estão irregulares ou com vencimento previsto para os próximos cinco anos. A abertura do mercado, porém, deverá ser maior, se contabilizados os acordos que as empresas públicas perderão por falta de capacidade financeira.

Mesmo que as estatais possam renovar seus contratos por mais 30 anos, a avaliação é que as oportunidades de mercado se mantêm em um nível semelhante, já que a prorrogação dos prazos só seria possível para as empresas que comprovarem fôlego financeiro - ou seja, muitas não conseguirão renovar os acordos, ainda que a lei permita.

A possibilidade de renovação de contratos pelas empresas públicas era prevista no projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, mas o artigo foi vetado pelo governo federal. No momento, ainda há dúvidas se os parlamentares irão derrubar o veto ou se o texto manterá a restrição.

Com ou sem o veto, as projeções mostram que haverá muitas oportunidades no curto prazo. Para os analistas, a dúvida agora é como serão estruturadas as licitações desses municípios.

A nova lei traz estímulos para a criação de blocos regionais - que deverão, por exemplo, ter prioridade no recebimento de recursos da União. Ainda assim, há desafios para o agrupamento de municípios. “Não é trivial formar blocos entre cidades, há uma dificuldade de articulação política. Um prefeito pode até ter interesse, mas às vezes o outro entende que não é atrativo para ele”, afirma Martins.

Outra dúvida é quanto ao ritmo em que esses projetos virão a mercado. “Se houver um movimento mais rápido pode haver um congestionamento. Nesse caso, os municípios mais atrativos serão priorizados. Agora, se for mais gradual, haverá tempo para que o mercado se organize para atender à demanda”, diz Lopes.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 17/09/2020

ESTATAIS DE GO, PB, MA E BA ESTÃO EXPOSTAS

Companhias estaduais têm centenas de contratos em situação precária ou próximos do vencimento

Por Taís Hirata — De São Paulo

As companhias de saneamento dos Estados de Goiás, Paraíba, Maranhão e Bahia foram apontadas como as mais vulneráveis, diante das mudanças impostas pela nova lei do saneamento, segundo estudo da Roland Berger. Essas estatais têm centenas de contratos não regularizados ou com vencimento nos próximos cinco anos, apontam os dados da consultoria e levantados junto às próprias empresas.

A Companhia Saneamento de Goiás (Saneago) possui hoje 129 contratos nessa situação, mais da metade do total. A empresa afirmou que o maior entrave para a renovação dos contratos nos últimos anos vinha sendo a necessidade de cada município elaborar e aprovar planos de saneamento - um processo muitas vezes demorado. “Pela programação da companhia, boa parte desses contratos poderiam ser resolvidos. No entanto, os vetos do novo marco, especificamente do artigo 16 da lei, inviabilizaram essa questão”, disse.

O veto em questão é aquele que impediu as estatais de renovarem seus contratos por mais 30 anos. O artigo havia sido alvo de um acordo entre governo e Congresso e foi apontado como uma das exigências dos deputados para aprovar a lei. O presidente, porém, sancionou o trecho ao sancionar a lei. Ainda há chances de derrubada do veto, mas o assunto ainda não foi discutido pelos parlamentares.

No caso da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), são 134 os contratos vencidos ou prestes a vencer, de um total de 224 cidades onde a estatal opera. A companhia também vinha fazendo um trabalho de renegociação com as principais prefeituras, e foi surpreendida pelo veto presidencial, diz o presidente, Marcus Vinícius Neves.

O executivo, que também comanda a Aesbe (associação setorial que representa as estatais de saneamento), afirma que a companhia irá buscar a renovação dos contratos na Justiça, se for preciso. “Temos conversas com ao menos 40 cidades em estágio avançado. São casos em que o Estado e a prefeitura querem a renovação, que estava prestes a sair, quando a lei foi publicada”, diz.

A associação tem orientado as demais companhias estaduais a continuar o diálogo com as prefeituras para a renovação dos contratos. Para Neves, a expectativa é que o veto presidencial seja derrubado no Congresso Nacional - em caso contrário, a associação já avisou que irá judicializar a questão.

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) - que no levantamento da Roland Berger registrou 118 contratos de prestação de serviços de água em situação precária ou próxima do fim - também destacou que ainda existe a expectativa de derrubada do veto que restringiu a renovação.

Questionada sobre seu plano de longo prazo, a empresa diz que “só poderá apresentar um planejamento após o esclarecimento de todas as premissas [do novo marco legal], o que ainda deverá demorar alguns meses ou anos”, afirmou, em nota.

No caso da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), dos 367 municípios operados, há 228 contratos vigentes, com prazo médio de 27,5 anos, informou a companhia, que nos últimos anos empreendeu um esforço de renovação de vários acordos. Em 2018, quase todos os contratos estavam vencidos.

A companhia baiana também afirmou que o veto presidencial na lei de saneamento “pode gerar insegurança jurídica e dificultar a realização dos investimentos necessários”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 17/09/2020

SP RETOMA LEILÕES COM PROJETOS DE R\$ 7,3 BI

Para dar segurança a investidores, governo Doria prevê regra que compartilha risco de demanda
Por Daniel Rittner — De Brasília



[https://s2.glbimg.com/kuoEmACFYICC0NPA7qHWsHSV_Sw=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/P/B/EroZm4TaCCkZ7d39valw/foto17bra-101-dfdaniel-a12.jpg](https://s2.glbimg.com/kuoEmACFYICC0NPA7qHWsHSV_Sw=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/P/B/EroZm4TaCCkZ7d39valw/foto17bra-101-dfdaniel-a12.jpg)

Vice-governador Rodrigo Garcia: “Vários grupos estão nos procurando e reafirmando o interesse pelos leilões” — Foto: Divulgação/Governo do Estado de São Paulo

Depois de um semestre cheio de problemas, enfrentando as consequências da pandemia, o governo João Doria (PSDB) pretende impulsionar sua agenda econômica e retomar os leilões de infraestrutura em São Paulo.

A meta é destravar investimentos de R\$ 7,3 bilhões em seis projetos que tiveram o lançamento de seus editais recém-aprovado pelo conselho gestor de parcerias público-privadas do Estado.

Novas concessões

Os seis projetos que serão retomados

Projeto	Investimentos (em R\$ milhões)	Publicação do edital
■ Caminhos do Mar	18,5	Setembro
■ Zoológico e Jardim Botânico	250,0	Outubro
■ Linhas 8 e 9 da CPTM	2.600,0	Novembro
■ Complexo Desportivo do Ibirapuera	962,0	Novembro
■ Aeroportos Regionais	410,3	Dezembro
■ Rodovias do Litoral	3.100,0	Dezembro

Fonte: Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP)

[https://s2.glbimg.com/2ALrJjQyzi6hQ3YiZiRa0v_HdSI=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/L/V/wOYINeRL6gluK8vRuntg/arte17bra-102-dfdaniel-a12.jpg](https://s2.glbimg.com/2ALrJjQyzi6hQ3YiZiRa0v_HdSI=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/L/V/wOYINeRL6gluK8vRuntg/arte17bra-102-dfdaniel-a12.jpg)

“Vários grupos estão nos procurando e reafirmando o interesse pelos leilões”, disse ao Valor o vice-governador Rodrigo Garcia (DEM), ao justificar a decisão de avançar na oferta de ativos para o setor privado, mesmo diante de incertezas em torno da velocidade de recuperação da economia.

Todos os editais, segundo Garcia, estão previstos para até o fim do ano. Ele calcula em 60 dias, na média, o tempo entre a publicação dos documentos e a realização dos leilões. Sua equipe já procura datas, na B3, para os certames. As disputas devem ocorrer no primeiro trimestre de 2021.

Um dos editais mais aguardados pelo mercado é o das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Ele sairá em novembro, conforme o cronograma aprovado pelo conselho gestor, e a concessão exigirá investimentos de R\$ 2,6 bilhões.

Uma das principais novidades será a maior proteção contra o risco de demanda. O objetivo é dar mais segurança a potenciais investidores por causa das incertezas em torno da recuperação econômica no pós-pandemia.

As concessões e PPPs de transportes sobre trilhos em São Paulo já têm uma cláusula contratual de compartilhamento do risco entre as partes, um mecanismo de “bandas” de demanda, pelo qual o concessionário é parcialmente compensado por quedas muito expressivas na movimentação de passageiros. Isso eleva a previsibilidade no fluxo de caixa.

O que se estuda agora é “ampliar substancialmente” essa proteção, sobretudo no período inicial da concessão. Ainda não estão claros os efeitos da pandemia sobre a mobilidade das pessoas, com o uso crescente do teletrabalho, nem mesmo se a economia terá uma recuperação mais ou menos veloz. Sem falar na possibilidade de atraso da vacina e de novas ondas de contaminação.

Por isso, a equipe responsável pela estruturação das concessões no governo Doria acredita que é hora de compartilhar, de o Estado assumir uma parte maior dos riscos, de modo a não afastar nenhum investidor nem diminuir as chances de sucesso dos leilões.

Garcia considera a hipótese de estender esse mecanismo para outros duas concessões prioritárias: o lote Rodovias do Litoral e 22 aeroportos regionais. “O risco de demanda é mais claro na mobilidade, mas não descartamos para esses dois projetos”, afirma.

Em ambos os casos, o conselho deu sinal verde para o lançamento dos editais definitivos em dezembro. O lote Rodovias do Litoral receberá investimentos de R\$ 3 bilhões em trechos da SP-98 (Mogi-Bertioga), da SP-88 (Pedro Eroles) e da SP-55 (Padre Manoel da Nóbrega e Cônego Domênico Rangoni/Rio-Santos). São cerca de 90 quilômetros de duplicação e 108 quilômetros de vias marginais, além da implantação de acostamentos, novos acessos, passarelas e ciclovias, entre outros.

A concessão dos 22 aeroportos administrados pelo Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp) prevê desembolsos de R\$ 410 milhões e foi dividida em dois blocos. Um tem nove terminais (com Ribeirão Preto como carro-chefe) e outro soma 13 unidades (liderado por São José do Rio Preto). Antes da pandemia, os estudos indicavam crescimento de 230% do volume de passageiros nos 30 anos de contrato.

Garcia destaca dois fatores - o real desvalorizado e a liquidez internacional - ao explicar por que está otimista com o sucesso dos leilões. “Os juros no mundo estão negativos em boa parte do mundo e o capital procura bons investimentos de longo prazo”, afirma. Já o câmbio atual favorece lances de grupos estrangeiros.

As outras três concessões são o Caminhos do Mar (núcleo no Parque Estadual Serra do Mar), com chances de leilão ainda neste ano, o complexo esportivo do Ibirapuera (incluindo uma remodelação completa do ginásio) e o Zoológico-Jardim Botânico.

Em abril, um parecer da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) permitiu a realização de audiências públicas em ambiente virtual e o avanço dos preparativos.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 17/09/2020

PREÇO DO AÇO DEVE PASSAR POR NOVO REAJUSTE EM OUTUBRO, DIZEM ANALISTAS

Estimativa é de que alta pode chegar a 15% para o aço plano
Por Ivan Ryngelblum, Valor — São Paulo

O preço do aço no país deve passar por um novo reajuste de preço em outubro, o terceiro do ano, em meio à retomada do mercado interno, especialmente o segmento de construção. Analistas estimam que a alta pode chegar a até 15% para o aço plano.

Segundo os analistas Caio Ribeiro e Gabriel Galvão, do Credit Suisse, o aumento na procura interna e os prêmios sobre a paridade de importação em território negativo ajudam as siderúrgicas a anunciar um aumento de preços em outubro.

“Acreditamos que estes aumentos de preços têm uma probabilidade consideravelmente alta de serem repassados, considerando o desconto nos prêmios sobre paridade de preços, melhora da demanda, altos preços das matérias-primas, e o fato de que todas as siderúrgicas parecem estar alinhadas com esta estratégia”, diz trecho do relatório.

Os comentários foram feitos um dia após o Instituto Aço Brasil (IABR) apresentar dados a respeito do mercado de aço em agosto. Para os analistas, o destaque no período foi o aço longo, que continua se beneficiando da recuperação do mercado de construção. As vendas em agosto cresceram 9% em agosto, enquanto em planos houve queda de 3%.

“Continuamos a acreditar em uma recuperação com duas velocidades, com o aço longo superando o plano nos próximos meses”, dizem os analistas Leonardo Correa e Caio Greiner, do BTG Pactual, em relatório.

Projetando um aumento médio de 10% nos preços dos aços, eles afirmam que o consequente aumento de receita das empresas aumentará a avaliação (“valuation”) das siderúrgicas. Os analistas do BTG Pactual e do Credit Suisse mantiveram a Gerdau como a principal escolha para aproveitar este cenário, dado seu portfólio de aço longo.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 16/09/2020*

VALE PLANEJA CRIAR ‘BUFFERS’ PARA LEVAR PRODUÇÃO A 450 MIL TONELADAS ANUAIS DE MINÉRIO DE FERRO

O complexo será estruturado com quatro sistemas em todo o país
Por Ana Luiza de Carvalho, Valor — São Paulo



[https://s2.glbimg.com/oEBnhDdh5RqP2nSt7XNk3muC1IA=/0x0:755x486/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/t/2/PuaxqyT6GvVBdLSTsqDq/foto18emp-101-ferro-b3.jpg](https://s2.glbimg.com/oEBnhDdh5RqP2nSt7XNk3muC1IA=/0x0:755x486/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/t/2/PuaxqyT6GvVBdLSTsqDq/foto18emp-101-ferro-b3.jpg)
— Foto: Leo Pinheiro/Valor

A Vale anunciou, em apresentação ao mercado enviada hoje à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tem o objetivo de chegar à produção de minério de ferro de 400 mil toneladas por ano com “buffers” de capacidade.

O complexo será estruturado com quatro sistemas em todo o país e deve entregar 450 mil toneladas anuais no futuro, em um prazo não especificado pela companhia. Atualmente, levando em consideração a capacidade dos ativos em operação, a produção anual está em 318 mil

toneladas. Para o aumento da produção anual, a companhia destaca operações como abertura de novas frentes de lavra, licenciamentos e filtragem de rejeitos.

O Sistema Norte, no Pará, apresenta hoje produção de 202 mil toneladas por ano. Para o futuro, sem especificar data, a companhia afirma que a produção deve chegar a 260 mil toneladas. Já o Sistema Sudeste, que inclui o EFVM e o Tubarão, devem passar de 63 para 106 mil toneladas anuais. A produção também deve crescer no Sistema Sul, de 51 para 82 mil toneladas, enquanto as projeções do Sistema Centro Oeste indicam estabilidade em 2 mil toneladas anuais.

A empresa indica que, neste ano, deve manter o percentual de 84% de participação em produtos premium. Já no futuro, também sem especificar prazos, o objetivo é chegar ao patamar de 90% de participação nos mercados. O ramo premium inclui tipos de minério de ferro como o IOCJ produzido no Sistema Norte e o pellet feed do Sistema Sul.

A Vale afirma que ainda que está revisando e implementando padrões de segurança e revisando o plano de produção e que outro objetivo da companhia é conseguir alternativas para “reduzir a dependência em barragens”. Segundo o documento, a mineradora pretende descaracterizar as estruturas do tipo “a montante”, utilizadas em barragens como as de Mariana e Brumadinho.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 16/09/2020*



AGÊNCIA BRASIL - DF

BOLSONARO INAUGURA USINA FOTOVOLTAICA NO INTERIOR DA PARAÍBA

O presidente Jair Bolsonaro participou hoje (17) da inauguração da Usina Fotovoltaica Coremas III, em Coremas, na Paraíba. O complexo de usinas é o maior de energia solar do país e pertence ao grupo privado Rio Alto Energias Renováveis, que iniciou seus projetos em 2011, a partir dos primeiros leilões públicos em que a energia solar foi inserida.

Bolsonaro destacou a importância do investimento em energias renováveis no país e disse que o governo trabalha para garantir essas parcerias com a iniciativa privada.

“Quero cumprimentar aqueles da Rio Alto que tiveram a coragem de empreender e investir em nosso país. E só se faz isso quando se tem garantia jurídica para tal. E o nosso governo é um governo de respeitar contratos e buscar parcerias e cada vez fazer com que empreender no Brasil seja menos complicado”, disse.

Para o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o Brasil é um exemplo para o mundo em sustentabilidade na geração de energia elétrica.

“Estamos vendo nesse período de pandemia alguns países com apagões e aqui estamos já há seis meses com segurança energética. As nossas fontes limpas e renováveis representam 85% da geração de energia elétrica brasileira enquanto a média no mundo é 24%. Isso é motivo de orgulho para todos os brasileiros”, disse.

Albuquerque também destacou o potencial do Nordeste para as fontes renováveis de energia. De acordo com ele, as fontes solar e eólica representam hoje cerca de 11% da capacidade de geração de energia do país. “E serão 25% em 2030”, disse o ministro. “Somente a Região Nordeste contribui com 84%, o que mostra a força da região para o setor de energias renováveis”.

*Fonte: Agência Brasil - DF
Data : 17/09/2020*

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PLOA PREVÊ R\$ 3,4 BILHÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DA MARINHA EM 2021

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 17/09/2020 - 09:58



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200716-base-naval-itaquai-divulgacao-marinha.jpg>

Base Naval da Marinha em Itaguaí (RJ) - Arquivo/Divulgação MB

Recursos serão destinados à continuidade do Prosub, construção de navios-patrolha e recomposição do núcleo do Poder Naval para ações na Amazônia Azul. Orçamento de investimento também prevê aplicação de recursos para fragatas Tamandaré e obtenção do Navio de Apoio Antártico pela Emgepron.

A proposta de orçamento da União para 2021 enviada ao Congresso prevê que, dos quase R\$ 115 bilhões de recursos destinados ao Ministério da Defesa, R\$ 11,74 bilhões correspondem a despesas discricionárias, aquelas em que há poder de decisão quanto à utilização. Do valor de despesas discricionárias do projeto de lei orçamentária anual (PLOA 2021) estabelecido para a pasta, R\$ 3,44 bilhões estão destinados à Marinha.

As despesas discricionárias do Ministério da Defesa incluem os gastos administrativos e as despesas voltadas ao aprestamento da tropa e à operação das organizações militares, bem como os projetos estratégicos para obtenção de equipamentos e meios operacionais que apoiarão a atuação das Forças Armadas. O ministério informou que, em 2021, 51,6% desses recursos serão destinados à continuidade de projetos já iniciados, observando determinação constante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2021).

No orçamento para 2020, as despesas discricionárias do Ministério da Defesa são da ordem de R\$ 10,8 bilhões. “Tais ajustes permitirão ampliar as dotações dos projetos estratégicos das Forças Armadas de modo a evitar que seja necessário o adiamento dos cronogramas de entrega e/ou construção dos respectivos projetos”, informou o Ministério da Defesa à Portos e Navios sobre os acréscimos em relação ao orçamento anterior.

A Marinha está destinando recursos para continuidade do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), construção de navios-patrolha (NPa) e recomposição do núcleo do Poder Naval, visando manter as ações dos meios na Amazônia Azul. O orçamento de investimento também prevê a aplicação de recursos no Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT) e na obtenção do Navio de Apoio Antártico (NAPAnt) pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/09/2020

PETROBRAS INICIA FASE VINCULANTE PARA VENDA DE FATIA EM BLOCO NA COLÔMBIA

Da Redação OFFSHORE 16/09/2020 - 20:32

A Petrobras avançou em processo para venda de sua participação em porção exploratória do Bloco Tayrona, na Bacia de Guajira, na Colômbia, e agora buscará receber ofertas vinculantes de eventuais interessados pelo ativo.

Em comunicado na noite de terça-feira, a estatal disse que potenciais compradores habilitados receberão cartas-convite com instruções sobre o desinvestimento, incluindo orientações para realização de due diligence e envio de propostas firmes.

O Bloco Tayrona está localizado no litoral nordeste da Colômbia, em águas profundas, e a Petrobras é operadora da área, com 44,44% de participação na concessão por meio da sua afiliada Petrobras International Braspetro.

A empresa atua no bloco em consórcio com colombiana Ecopetrol, que detém os demais 55,56% do ativo.

A concessão encontra-se em fase conhecida como Programa Exploratório Posterior 1, com compromisso exploratório remanescente de perfuração de um poço, e segundo a Petrobras há “potencial para comprovar volumes significativos de gás (world class prospects)” na área.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/09/2020

OBRA DE DERROCAMENTO PARALISADA NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ SERÁ REINICIADA EM 2021

Por Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 16/09/2020 - 20:22



https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170117-hidrovia_tiete-parana.jpg

Arquivo

As obras de derrocamento do canal a jusante da eclusa de Nova Avanhandava foram paralisadas em razão de rescisão contratual com o consórcio vencedor.

A Hidrovia Tietê-Paraná liga os seis maiores estados produtores de grãos do país: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Porém, ainda aguarda obras importantes para ampliar seu potencial de navegação e possibilitar o crescimento do transporte de cargas. Uma dessas obras é o derrocamento do canal a jusante da eclusa de Nova Avanhandava. Para esta obra, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), recebeu nesta quarta-feira (16) o projeto executivo revisado pelo Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo (DH/SP), responsável pela hidrovia, para dar início ao processo de contratação para a complementação da obra.

A obra de derrocamento foi paralisada em outubro de 2019, em função da rescisão unilateral com o consórcio Hidrovia Tietê Paraná (CHTP), que foi contratado em 2017 pelo DH/SP. Agora, um novo contrato será elaborado para complementar as obras que já foram iniciadas. De acordo com o DNIT, a publicação do edital para a execução desse serviço está previsto para acontecer em dezembro deste ano. O reinício das obras está previsto apenas para abril do próximo ano e o término para março de 2024.

O valor total a ser investido é de aproximadamente R\$ 350 milhões, sendo R\$ 50 milhões do primeiro contrato e R\$ 300 milhões para a nova contratação. Esta intervenção vai permitir que os reservatórios de Três Irmãos e Ilha Solteira operem até a cota 323 metros, com uma maior flexibilidade na geração hidrelétrica, sem que haja prejuízos para a navegação ao longo da hidrovia.

Outra obra importante para a Tietê-Paraná é a escavação do canal a montante da eclusa de Ibitinga. Para a obra do canal, que se encontra atualmente em andamento, o valor total investido foi de aproximadamente R\$ 10 milhões. O início da obra foi em abril de 2019 e a previsão de



término é para abril do próximo ano. O empreendimento vai melhorar a rota de navegação para acesso a eclusa. No entanto, o melhoramento da eclusa da hidrovia ainda é outra obra importante a ser feita para o transporte de cargas. Por esta via, as principais cargas transportadas são soja, milho, areia e cana-de-açúcar.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/09/2020